



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

THAIS STEFANI DA SILVA DOURADO

**MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: A MANIFESTAÇÃO NEOLIBERAL NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

JUIZ DE FORA- MG

2026

THAIS STEFANI DA SILVA DOURADO

**MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: A MANIFESTAÇÃO NEOLIBERAL NA
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira.

JUIZ DE FORA - MG

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dourado, Thais Stefani da Silva.

Movimento Todos Pela Educação: A Manifestação Neoliberal na Política de Educação Brasileira / Thais Stefani da Silva Dourado. -- 2026.

70 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Política de Educação. 2. Todos Pela Educação. 3. Neoliberalismo. 4. Brasil. 5. Empresários. I. Ferreira, Ana Maria, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Thais Stefani da Silva Dourado	
Matrícula Discente	202168036	
Título do TCC	MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: A MANIFESTAÇÃO NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Natureza do trabalho	Monografia de Conclusão de Curso de Graduação	
Curso	Serviço Social	
Orientador(a)	Ana Maria Ferreira	
Coorientador (se houver)		
Data da aprovação	28/01/2026	
Nome, titulação dos(as) componentes da banca		
Dra	Ana Maria Ferreira	Orientadora
Dr	Bruno Bruziguessi Bueno	Membro da banca
Dra	Estela Saléh da Cunha	Membro da banca

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 21 de janeiro de 2026.

Ana Maria Ferreira



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM Serviço Social

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Política de educação no Brasil: avanços e desafios, para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente **Thais Stefani da Silva Dourado** (matrícula202168036), sob orientação da Prof.(ª) Dr(ª)Ana Maria Ferreira , na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2026 , às 14 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Ana Maria Ferreira	Orientadora
Dr	Bruno Bruziguessi Bueno	Membro da banca
Dra	Estela Saléh da Cunha	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(x) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota:100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

--

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 21 de janeiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 30/01/2026, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 30/01/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Stefani da Silva Dourado, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2835829** e o código CRC **49EE4EE0**.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus por me sustentar até aqui, pois sem Ele nada do que eu vivi seria possível. Vim para a cidade de Juiz de Fora com um chamado para sair do meu lugar de conforto, mas também com uma palavra de que Deus estaria comigo, e de fato Ele cumpriu a sua promessa. A Deus minha sincera gratidão, pois permaneceu ao meu lado e me permitir entender o que Jó disse: "Eu te conhecia de ouvir falar, mas agora os meus olhos te veem" (Jó 42:5).

Agradeço aos meus pais, Eliel e Marinalva, que semearam sobre a minha vida a fé em Cristo Jesus, que não largaram a minha mão durante a faculdade, mas me encheram de oração e palavras de ânimo. Obrigada por acreditarem em mim, por me ensinarem tanto com a vida e com as palavras de vocês, sou grata não apenas por me apoiarem na faculdade, mas também por tudo que vocês já fizeram e fazem por mim, amo vocês!

Agradeço a minha irmã, Thaiane, que com o seu abraço e com a sua alegria me impulsiona a seguir em frente, eu te admiro muito. Obrigada por me apoiar e ficar do meu lado em todos esses anos, seus abraços me deram ânimo para chegar até aqui, muito obrigada, eu te amo!

Ao meu noivo e melhor amigo, Ariel, deixo aqui a minha gratidão. Durante este tempo você acreditou mais em mim do que eu mesma, estive ao meu lado, orando pela minha vida e sempre estando comigo. Obrigada por me ouvir, por cuidar de mim e nunca me deixar faltar um abraço e um ombro para compartilhar as alegrias e tristezas, mesmo longe sempre deu um jeito de se fazer presente. Obrigada por segurar a minha mão e não largar, te amo e te admiro!

A minha família que me ensinou a crescer, a nunca desistir, me ensinou que somos mais fortes juntos, que a educação é construída a partir da vivência em comunidade. Este trabalho não seria possível sem o sorriso e as correções que vocês me fizeram ao longo da vida, obrigada por acreditarem e semearem palavras de esperança e paz sobre a minha vida.

Agradeço ao Pockets e ao Encontro que nestes anos de faculdade me ensinaram que fé e ciência caminham juntos. Obrigada por terem sido um lugar de paz nesses anos, por compartilharem as dores e as alegrias, creio no que Deus está fazendo através de vocês.

Aos meus amigos que durante a longa caminhada estiveram comigo, sejam aqueles que estavam longe seja os que estavam perto, vocês foram essenciais neste processo. Ter os

abraços e as conversas me deram forças pra continuar, obrigada por todo cuidado e carinho. Obrigada por acreditarem que eu ir pra uma cidade que eu não conhecia ninguém era possível, que Deus iria me sustentar mesmo quando nem eu mesma acreditei, quantas vezes vocês foram o colo que eu precisei e com palavras de fé me impulsionaram a permanecer, obrigada!

Agradeço às minhas amigas de faculdade por compartilhar as dores e alegrias comigo, aos futuros companheiros de profissão que neste processo tive a alegria de conhecer, foi um presente compartilhar deste período com vocês. Obrigada aos amigos do meu campo de estágio, vocês me fizeram crescer e viver fora da bolha, obrigada pelo companheirismo neste dois anos.

Agradeço à minha orientadora, Ana Maria, pela paciência em acompanhar o meu processo de descobrir que o mundo não é como eu imaginei, ainda estou em processo de aceitação como você bem reforçou, mas com certeza depois desses meses já não sou mais a mesma. Obrigada porque nas nossas orientações não faltaram sinceridade, mas também gentileza, obrigada por confiar e acreditar em mim.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora, ao corpo docente da faculdade de Serviço Social e das demais áreas em que estudei, vocês me fizeram crescer, me tiraram do meu lugar de conforto, finalizo esta etapa com alegria e gratidão pela vida de vocês.

Vim pra esse lugar cheia de sonhos e expectativas, a cidade em que eu não conhecia ninguém, não tinha família e por causa de uma promessa que Deus me fez, hoje vejo tudo se cumprindo, obrigada a Deus e aqueles que estiveram comigo neste processo de modo direto ou indireto. A Thais, futura assistente social, desejo um caminho cheio de alegria, que apesar das dificuldades e confrontos você se lembre que são pessoas diante de você, que você pode e deve aprender com cada uma delas, que conhecimento é construção coletiva. A Thais, que foi cheia de sonhos pra faculdade, que não sabia o quão paradoxal seria viver tudo isso, parabéns! Aproveite os seus dias, se lembre de que você não está só, descanse e desfrute das coisas boas da vida.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o impacto do neoliberalismo na política de educação manifestado através do Movimento Todos Pela Educação. Este movimento, organizado e constituído pelo empresariado brasileiro, articulado com diferentes setores nacionais e internacionais, visa estabelecer uma perspectiva mercadológica da educação. Esta monografia foi construída por meio da pesquisa bibliográfica e documental de maneira qualitativa, a leitura de autores, artigos e documentos permitiu que esse trabalho fosse elaborado. Por meio do método materialista histórico-dialético evidenciou-se que o Todos Pela Educação interferindo de maneira direta na construção da política educacional, com ênfase na educação básica, tem estabelecido o setor empresarial na educação. O trabalho foi organizado em dois capítulos: o primeiro capítulo apresenta a reestruturação do capital através do neoliberalismo e o impacto desse processo na política de educação; já o segundo capítulo, discorre a respeito da influência da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) na ampliação de instituições vinculadas ao empresariado, manifestada na sociedade brasileira através do Todos Pela Educação. As considerações finais apresentam elementos que sugerem que, por meio do Todos Pela Educação, a política educacional brasileira tende a constituir-se de forma a sustentar a permanência da dominação de classe por meio de um discurso consensual estabelecido através do Movimento Todos Pela Educação.

Palavras-chaves: Brasil; Empresários; Neoliberalismo; Política de Educação; Todos Pela Educação.

ABSTRACT

This research aims to understand the impact of neoliberalism on education policy as manifested through the Todos Pela Educação (All for Education) Movement. This movement, organized and constituted by Brazilian business leaders, in coordination with different national and international sectors, aims to establish a market-based perspective on education. This monograph was constructed through qualitative bibliographic and documentary research, and the reading of authors, articles, and documents enabled this work to be developed. Using the historical-dialectical materialist method, it was evident that Todos Pela Educação, by directly interfering in the construction of educational policy, with an emphasis on basic education, has established the business sector in education. The work is organized into two chapters: the first chapter presents the restructuring of capital through neoliberalism and the impact of this process on education policy; the second chapter discusses the influence of the World Conference on Education for All (1990) on the expansion of institutions linked to the business sector, manifested in Brazilian society through Todos Pela Educação. The final considerations present elements that suggest that, through Todos Pela Educação, Brazilian educational policy tends to be constituted in such a way as to sustain the permanence of class domination through a consensual discourse established through the Todos Pela Educação Movement.

Keywords: Brazil; Entrepreneurs; Neoliberalism; Education Policy; All for Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FMI - Fundo Monetário Internacional

MEC - Ministério da Educação

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TPE - Todos Pela Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E A INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO.....	15
2.1 Bases do capitalismo e suas estratégias para recuperação no contexto da crise estrutural de 1970.....	15
2.2 Realidade do capitalismo no Brasil e a política de educação.....	23
2.3 A educação no Brasil a partir da Constituição de 1988.....	28
3. A MANIFESTAÇÃO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO.....	37
3.1 As mudanças geradas pelo neoliberalismo na educação.....	37
3.2 Todos Pela Educação.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo tratar sobre a política de educação no Brasil, especialmente no cenário brasileiro após a efetiva implementação do neoliberalismo nos anos de 1990. Para isso, o recorte escolhido foi o Movimento Todos Pela Educação (TPE), por representar, no atual cenário nacional, o projeto neoliberal que tem ganhado cada vez mais espaço na política de educação.

Para alcançar os objetivos propostos, será realizado um breve panorama dos ideais centrais que baseiam o capitalismo, além da funcionalidade do sistema educacional no desenvolvimento desse modo de produção. Para que esta exposição aconteça de maneira efetiva e alinhada com a perspectiva crítica do Serviço Social, a construção deste TCC é baseado na pesquisa bibliográfica e documental de diferentes autores, sites e documentos, de modo qualitativo.

Nesta construção parto do entendimento de que a diferença entre a pesquisa bibliográfica e documental provém das fontes utilizadas. Enquanto a primeira “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (Gil, 2008, p. 50).

Ademais, é o método materialista histórico-dialético que baseia este TCC. A análise do real possibilita a construção das mediações necessárias para que haja a compreensão do abstrato. Nesse processo investigativo, torna-se recorrente a necessidade de retomar tanto a história quanto a atualidade, articulando-as por meio de mediações que possibilitem a apreensão do real (Netto, 2011).

Além disso, a partir da interpretação marxista, o trabalho é entendido como aspecto central na construção da humanidade, essa atividade influencia de maneira direta as demais dimensões da vida social. Dentre estas dimensões está a educação, que também é influenciada pelo trabalho.

Na sociedade capitalista o trabalho é baseado na exploração de uma classe sobre a outra. A classe dominante, detentora dos meios de produção, visa garantir a sua permanência no poder para isso se utiliza de diferentes recursos para manter a classe trabalhadora subjugada aos seus interesses. Para garantir esta influência diferentes recursos são utilizados, dentre eles está a educação que é vista como um instrumento a ser utilizada para propagar a ideologia defendida pela classe dominante, assim como instrumentalizar a classe trabalhadora

a partir das necessidades do mercado de trabalho. No período que será apresentado ao longo deste TCC, no neoliberalismo, esse processo é intensificado, principalmente, por causa da articulação entre o capitalismo nacional e internacional.

É neste processo de exploração de uma classe sobre a outra e de articulação entre o capitalismo nacional e internacional que o Movimento Todos Pela Educação, objeto de pesquisa deste trabalho, se propõe a atuar. Sendo assim, tendo como princípio os documentos estabelecidos pelas organizações internacionais, na década de 1990, o Todos Pela Educação fundamenta a sua atuação.

A fim de apresentar o objeto de análise, o Movimento Todos Pela Educação, será introduzida a perspectiva de educação parametrizada na Constituição Federal de 1988. Neste momento, serão expostas as três principais visões que disputavam a hegemonia, política e ideológica, no setor educacional: a visão confessional¹, a visão defendida pelo capital privado e a defendida pelos movimentos sociais, sendo que este trabalho dará ênfase às duas últimas. Estes apontamentos têm como objetivo sinalizar os projetos educacionais em disputa a partir da década de 1990 no Brasil, haja vista que, neste período, as discussões realizadas pelos países de capitalismo central e pelos organismos internacionais a respeito da educação influenciaram de forma acentuada o ensino brasileiro.

Buscando se adequar às novas exigências realizadas pelas grandes organizações capitalistas como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, que projetos educacionais vinculados a classe dominante foram fomentados nos anos 1990/2000, dentre os quais estava e está o Movimento Todos Pela Educação. Esta sujeição aos interesses das organizações internacionais têm por finalidade a perpetuação do modelo capitalista na realidade brasileira, sendo a educação utilizada como meio para adequação e perpetuação da exploração da classe trabalhadora.

Anterior a este cenário tem-se as conquistas constitucionais de 1988, marcadas por movimentos de luta e resistência dos sujeitos coletivos, envolvidos na defesa da educação como um direito. Esta resistência foi parte das diferentes construções coletivas realizadas em períodos anteriores, sendo fomentada pela união de intelectuais e figuras públicas, que tanto

¹ Neste trabalho, o termo “confessional” refere-se ao conjunto de instituições de ensino que mantêm vínculo religioso. Por meio dessas instituições é promovido tanto o ensino regular quanto o contato dos alunos com uma determinada religião.

em 1932² quanto em 1959³ construíram manifestos, visando uma educação crítica, pensada a partir das necessidades e com a participação da classe trabalhadora.

Todavia, a imposição da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) gerou o cerceamento dos direitos civis, políticos e sociais da população. Foi apenas com a reabertura política nos anos 1980 que este cenário mudou, a crise política, econômica e social que o país enfrentava impulsionou a reabertura democrática após 21 anos.

Almejando o restabelecimento da democracia, a construção de uma nova constituição foi proposta. Os anos seguintes são marcados pelo intenso embate entre as diferentes vertentes políticas, manifestadas ao longo da Assembleia Nacional Constituinte (1987). Embora à promulgação da Constituição tenha acontecido em 1988, isso não garantiu que os direitos ali manifestados fossem efetivados, nos moldes estabelecidos no documento.

Apesar dos avanços e garantias expressos na Constituição Federal de 1988, a conjuntura político-econômica do país se transformou com a entrada do neoliberalismo. Este modelo objetiva uma nova forma de manifestação do capitalismo, por meio da descentralização do Estado, avanço do mercado e um discurso conservador. As características expressas pelo modelo neoliberal impediram que os direitos garantidos através da Nova Constituição tivessem a chance de serem assegurados na sua íntegra. Consolidado este modelo, a estruturação das políticas públicas como defendidas pelos diferentes movimentos estudantis, sociais e operários foi deixada em segundo plano.

Com o esvaziamento constante da participação popular e a cooptação dos atores políticos vinculados à classe trabalhadora, o modelo neoliberal foi ganhando espaço para se estruturar, distante de uma cobrança massiva, efetivou o seu interesse: a não operacionalização da Constituição Federal de 1988, de acordo com o proposto pelos movimentos sociais.

A estruturação do neoliberalismo possibilitou a ampliação do sucateamento dos serviços públicos, estes são ofertados de modo precário, focalizados e sem recursos efetivos para sanar as necessidades da população atendida (Montaño, 2004). O modelo neoliberal amplia o pensamento mercadológico, sendo o discurso propagado de que “os serviços

² O manifesto de 1932 tem por título: “O manifesto dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil - ao governo e ao povo”. Este documento, assinado por 26 educadores brasileiros buscou defender a educação obrigatória, pública, laica e gratuita, se caracterizando com algo revolucionário, uma vez que o modelo de educação que imperava era de caráter religioso, privado e acessado pela classe dominante do país. Este manifesto foi fundamental para a próxima geração, como aponta Saviani (2006 *apud* Ivashita; Vieira, p. 6).

³ Já o manifesto de 1959 intitulado como “Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados” teve maior magnitude quanto as assinaturas, foram 161 assinaturas defendendo uma educação laica, pública, as defesas propostas no manifesto de 1932 foram reafirmadas neste escrito. Este manifesto foi um documento de extrema relevância, pois paralelo a esta manifestação a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estava sendo construída (Sanfelice, 2007).

públicos gratuitos são ruins, o bom são os serviços pagos provenientes das empresas privadas”.

A educação, enquanto parte integrante da dinâmica social, não está isenta da reestruturação do capital manifestada no neoliberalismo. São as contradições inerentes ao capitalismo que dão base para diferentes projetos educacionais serem estruturados, e nessa contradição reside o meu interesse.

Ao analisar o contexto neoliberal percebe-se que houve o avanço das instituições mercadológicas no campo da educação, especialmente após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990). Neste contexto foi defendido a presença do setor empresarial no sistema educacional, almejando a perpetuação do ensino vinculado à classe dominante, principalmente ao empresariado.

As organizações constituídas, pela união do mercado, ganharam espaço e poder, tanto no cenário nacional quanto internacional. A participação passou do campo opinativo para um agente ativo na construção de legislações e ações vinculadas ao poder público, demonstrando com clareza a qual projeto educacional o Estado está vinculado, a um modelo que visa a manutenção da ordem social como ela está posta, longe das reflexões críticas e proposições de mudança.

Dentre estes projetos construídos está o Movimento Todos Pela Educação, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2006, por meio da união de diferentes empresários. A união foi realizada principalmente pela parcela empresarial do capital brasileiro, grandes organizações como o Banco Itaú, Gerdau, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, entre outros, tiveram os seus gestores articulados no processo de construção do Todos Pela Educação e atualmente envolvidos tanto no seu financiamento quanto na sua gestão.

Por meio do Todos Pela Educação, diferentes parcelas da classe dominante se uniram em uma única instituição para implementar uma perspectiva de educação vinculada aos ideais capitalistas. Portanto, considerando a importância e o impacto que esse organismo tem no Brasil é proposto, por meio deste TCC, compreender a influência do Todos Pela Educação na educação brasileira.

É diante do entendimento de que a educação é fundamental para a construção da sociedade, do seu pensamento e reflexão crítica, podendo ser utilizada como um instrumento para a manutenção ou proposição de uma mudança na ordem social vigente, que a escolha deste tema é justificada. O trabalho é proposto, para que por meio da análise crítica, uma das mais relevantes organizações ancoradas ao pensamento neoliberal sejam analisadas: o Todos

Pela Educação. Esse movimento tem buscado por meio de suas metas, tanto atender as demandas da classe empresarial brasileira quanto às demandas do capitalismo internacional, através de parcerias e objetivos compartilhados com o Banco Mundial e a UNESCO.

Para estruturar esta discussão o TCC está dividido em três partes, sendo dois capítulos e as considerações finais. Devido ao tempo hábil para a produção deste trabalho e o interesse da pesquisa foi dado como recorte o período histórico a partir dos anos 1970.

É no primeiro capítulo onde as bases capitalistas, de maneira geral, serão apresentadas, assim como as manifestações da crise de 1970. Neste primeiro capítulo também haverá as sinalizações gerais a respeito da construção da Constituição Federal de 1988, bem como a manifestação do modelo neoliberal, uma vez que este modelo é de suma importância para o entendimento do Movimento Todos Pela Educação, ambas as apresentações têm como foco o setor da educação.

Já no segundo capítulo, as mudanças geradas pelo neoliberalismo na educação serão apontadas, além da apresentação do Todos Pela Educação. No primeiro momento será apresentado a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), este evento foi fundamental para a consolidação do modelo neoliberal na educação, por meio da influência desta conferência o empresariado ampliou a sua participação nas políticas educacionais, dentre estas manifestações do setor empresarial, na educação brasileira, está o Todos Pela Educação.

O Movimento Todos Pela Educação será exposto ao longo da segunda parte do capítulo. Neste momento, serão sinalizadas a estrutura e a influência do Todos Pela Educação na política educacional brasileira, assim como a articulação desse organismo com diferentes atores para ampliar a sua influência no setor educacional. As considerações finais, apontando reflexões que foram geradas ao longo da criação deste TCC, o objetivo não é encerrar o debate, mas por meio deste tópico indicar novos pontos a serem analisados em trabalhos futuros ou pontos a serem aprofundados.

2. A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E A INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

2.1 - Bases do capitalismo e suas estratégias para recuperação no contexto da crise estrutural de 1970.

Para que as particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro sejam compreendidas algumas características precisam ser destacadas, principalmente no que se refere a política de educação, elemento central do debate neste trabalho. Assim, para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Concurso (TCC), é necessário a compreensão de alguns aspectos fundantes da realidade brasileira e do modelo produtivo que a economia do Brasil é baseada. Diante disso, parto de sinalizações gerais sobre a constituição da sociedade capitalista para que as especificidades sócio-históricas do Brasil sejam compreendidas e relacionadas com a política de educação ao longo do TCC.

O capitalismo é um modelo econômico instituído primeiramente na Europa, consolidado ao longo do século XVIII e XIX (Netto; Braz, 2021). Desde então, não se limitou apenas a este período, no decorrer dos anos foi estabelecido como principal modelo econômico nos diferentes países espalhados pelo mundo. Embora tenha destaque na organização econômica, a influência deste modelo não se restringe apenas a este campo, sua atuação interfere nas mais diferentes áreas da vida humana: a natureza, a política, a comida, as vestimentas, a saúde, entre outras.

A atuação deste modelo perpassa também pelo campo ideológico e cultural, logo o que se pensa e o modo como se pensa também é influenciado pelo capitalismo. Diante disso, o campo educacional é posto como uma imensa área de interferência dos capitalistas, uma vez que aquilo que é pensado é de suma importância para a perpetuação deste modelo na sociedade.

O capitalismo divide a organização da sociedade em duas classes fundamentais: a classe burguesa e a classe trabalhadora. Sua diferença reside na propriedade ou não dos meios de produção. Enquanto os capitalistas detêm os meios de produção e se utilizam destes meios para se manter no poder, os trabalhadores detêm a sua força de trabalho e a vendem para garantir seus meios de subsistência (Netto; Braz, 2021).

Neste cenário, há um ator que se apresenta como mediador destas relações, o Estado. O aparelho estatal é tido como um dos principais agentes no modelo capitalista, apesar de ser intitulado como um mediador, não é colocado de modo neutro (ou justo) na sociedade, este

complementa o capitalismo “de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais.” (Mészáros, 2011, p. 98). O papel do Estado na sociedade capitalista, portanto, é mediar a favor da classe dominante perante os conflitos com a classe trabalhadora.

Iamamoto (2021) expõe como o Estado é capaz de articular estes interesses por meio de duas bases já apontadas anteriormente pelos marxistas clássicos e pelo pensamento gramsciano

É importante acentuar o papel que cumpre ao Estado nesse modo de dominação. O Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento. Para Mandel (1985), as funções repressivas e integradoras se entrelaçam para providenciar as condições gerais da produção. (Iamamoto, 2021, p. 120).

Na medida em que se acirra a luta de classes, as demandas da classe trabalhadora tendem a serem mais presentes na sociedade, neste contexto é fomentado os pontos de interesse e de conflitos entre as classes, para que não haja o rompimento da ordem vigente o Estado é acionado. Neste processo a função coercitiva e integradora, para com a classe trabalhadora, são utilizadas conjuntamente.

O Estado ao mesmo tempo que adere algumas demandas da classe trabalhadora para “[...] transformar qualquer rebelião em ‘reformas’ que o Estado possa absorver.” (Iamamoto, 2021, p.121), também se coloca como um mecanismo de repressão para que os interesses do capital não sejam prejudicados e uma nova ordem social não seja estabelecida. O Estado é permeável a algumas demandas, às atendendo em partes para que não haja grandes “insubmissões” diante dos interesses do capital, sendo assim se torna uma medida de controle para que os trabalhadores continuem contidos.

As conquistas e realizações da classe trabalhadora são em certa medida “autorizadas” pelo Estado e pela classe dominante. Esta concessão acontece devido às lutas organizadas pelos trabalhadores, buscando não haver uma revolução, o Estado cede assim como a classe burguesa. Este ato não diminui a influência que há na luta da classe subalterna, esta tem suas conquistas apenas por conta das suas lutas e manifestações, o modelo capitalista não lhe cede nada sem que antes haja enfrentamento, contudo enquanto classe subordinada precisa que concessões sejam realizadas.

O Estado se adapta às manifestações do capital a depender das suas necessidades. No período de avanço do capitalismo, onde a sua marca era o liberalismo, o Estado “restringia-se às tarefas repressivas: cabia-lhe assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista — a manutenção da propriedade privada e da ‘ordem pública’ (leia-se: o enquadramento dos trabalhadores)” (Netto; Braz, 2021, p.173). Neste período, no campo econômico, a atuação do Estado deveria ser mínima, atuando apenas quando requisitada pelos capitalistas.

Em contrapartida nos períodos de recessão do capitalismo, o Estado é posto como um ator constantemente ativo no campo econômico, político e social. O objetivo do Estado deve ser garantir a reprodução e acumulação do capital, amortizando a crise e garantindo que os interesses da classe dominante não sejam tão afetados.

O Estado também auxilia que a atuação do capitalismo não seja restrita apenas ao campo econômico. Setores da sociedade como educação, saúde, transporte, entre outros, são todos eles afetados por este modelo, como citado anteriormente. Como uma sombra que na medida em que a luz aumenta mais espaço ganha, assim é o modelo capitalista. Na medida em que as respostas às necessidades são instituídas na sociedade, este encontra cada vez mais setores para se expandir.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (Mészáros, 2011, p. 96).

Este aspecto totalitário do capitalismo, como aponta Mészáros (2011), impacta diretamente na maneira com que a classe trabalhadora se porta na sociedade. A forma como as necessidades são respondidas no capital tem como objetivo que o domínio de uma classe sobre a outra continue imperando, sem que a classe subalterna se rebele e institua um novo modo de organização.

Outro aspecto é que, no capitalismo, o campo de disputa ao longo dos anos é afunilado. Sendo assim, não há espaço para todos no domínio dos meios de produção, como em um ambiente predatório apenas o mais forte tende a sobreviver, “[...] põe cada capitalista diante da alternativa: ou acumula capital ou desaparece.” (Netto; Braz, 2021, p.130).

No capitalismo, o que possuir maior número de meios de produção acumulados sobrevive (na maior parte das vezes), portanto, pequenos negócios ou capitais com menor

rentabilidade acabam sendo absorvidos ou eliminados para que os capitais suntuosos prevaleçam. Para que este processo ocorra uma característica intrínseca ao capitalismo é tida como fundamental: as crises cíclicas.

As crises cíclicas do capital, intrínsecas a este sistema, se manifestam em períodos e de maneiras distintas ao longo da história. Apesar da sua funcionalidade para o atual modelo, é também objeto de desgaste, por isso esforços são propostos por diferentes setores da sociedade para conter estas instabilidades. Contudo, a base da sociedade permanece a mesma, o capitalismo, logo é impossível que haja o encerramento destas crises visto que essas são basilares neste contexto.

A análise teórica e histórica do MPC⁴ comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. (Netto; Braz, 2021, p.156).

As crises se manifestam em períodos e maneiras distintas a depender da localidade. Todavia, algo que as une é de que em sua maioria, são crises de superprodução, gerando um processo de recessão econômica que impacta diversos setores da sociedade, é neste momento de recessão que respostas são pensadas. Aos marxistas a solução é encontrada na tomada de poder pela classe trabalhadora, já aos defensores do capital a resposta é encontrada em uma nova reordenação do modelo capitalista. Esta segunda opção tem guiado majoritariamente os países espalhados pelo mundo.

As respostas dadas pelos países capitalistas às crises é de uma reestruturação dentro do próprio modelo, atualmente a lógica do mercado é ampliada e de maneira mais agressiva é estabelecida na sociedade. Esta ação ignora toda a construção já realizada por Marx (1867) onde o autor demonstra que a base das crises não está no como o capitalismo se apresenta, está na verdade no modelo de produção capitalista. Ou seja, independente da fase do desenvolvimento capitalista, se é comercial, industrial ou monopolista, no capitalismo sempre haverá contradições e oscilações, pois a crise é intrínseca a esse modelo.

Portanto, há em cada período histórico crises cíclicas do capital variando em espaço de tempo e proporção. É válido ressaltar que estas instabilidades não são restritas apenas a um país, estas afetam diferentes localidades e por vezes de maneira conjunta. A maneira como a

⁴ Visando simplificar o termo Modo de Produção Capitalista, foi utilizado pelos autores apenas a sigla MPC, conforme o explicado no seguinte trecho: “O modo de produção capitalista (que, para simplificar, designaremos a partir de agora pela sigla MPC) [...]” (Netto; Braz, 2021, p. 95).

crise se manifesta também não é homogênea, haja vista as particularidades presentes em cada território. Mészáros (2011) aponta que não é de interesse do capital o encerramento das crises

Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindiquem a realização de exatamente isso. (p. 795).

As crises do capital foram expressas de maneiras distintas no processo histórico e nas diferentes localidades, dentre elas está a crise vivida nos anos de 1970, a crise de superprodução que resultou em um reordenamento da sociedade. Aspectos econômicos, políticos e sociais foram impactados de modo direto por esta alteração. Neste momento os ideais neoliberais avançaram defendendo a retirada do Estado na economia, a flexibilização dos processos de trabalho e o avanço do pensamento conservador na sociedade.

A defesa de que o Estado estava inchado com os gastos públicos encontra adesão na sociedade e

Com base em tais argumentos, os neoliberais defendem uma programática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais (Navarro, 1998). Sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos (Anderson, 1995: 11). (Behring; Boschetti, 2016, p. 126).

No campo da produção o que se vigorava até este momento era o modelo fordista. Baseado na indústria de chão de fábrica onde um grande número de trabalhadores eram reunidos no mesmo galpão, estes eram separados em linhas de montagem para que a produtividade fosse maior, a produção era feita em larga escala com altos padrões de qualidade. Apesar dos salários maiores neste período, a desigualdade não foi extinta, o acesso às políticas públicas que vigoravam na época não mudaram a condição de classe subalterna e classe dominante.

No período fordista, anterior à crise dos anos 1970, devido à complexa aglutinação de trabalhadores em um mesmo espaço, a comunicação era mais fácil, assim como a construção dos ideais coletivos e insatisfações, haja vista o compartilhamento da realidade e das injustiças vividas. Diante disso, reuniões de trabalhadores e sindicatos ganharam espaço por meio de suas greves e reivindicações.

Com a chegada da crise de 1970, esse cenário de avanços mudou. As críticas que já vinham sendo construídas, aos avanços da classe trabalhadora, tomou força, assim como o discurso de que o Estado estava inchado com gastos, a problemática era de que havia muitas demandas para os cofres públicos e espaço demais para a opinião da classe dominada. Gentili (1996) auxilia no entendimento do porquê o neoliberalismo se espalhou de maneira tão consistente na sociedade com o seguinte trecho:

Obviamente, a penetração social desses discursos não foi produto do acaso nem apenas uma questão decorrente dos méritos intelectuais daqueles obstinados professores universitários. Será no contexto da intensa e progressiva crise estrutural do regime de acumulação fordista que a retórica neoliberal ganhará espaço político e também, é claro, densidade ideológica. Tal contexto oferecerá a oportunidade necessária para que se produza esta confluência histórica entre um pensamento vigoroso no plano filosófico e econômico (embora, até então, de escasso impacto tanto acadêmico quanto social) e a necessidade política do bloco dominante de fazer frente ao desmoronamento da fórmula keynesiana cristalizada nos Estados de Bem-estar. A intersecção de ambas as dinâmicas permite compreender a força hegemônica do neoliberalismo (Gentili, 1996, p. 3).

É neste contexto que o neoliberalismo toma conta de diferentes países. Na Inglaterra, Margaret Thatcher com a sua mão de ferro endurece as políticas públicas; nos Estados Unidos da América, Ronald Reagan traz constantes recessões aos avanços da classe trabalhadora (Behring; Boschetti, 2016).

O pensamento neoliberal é um modelo econômico-social, difundido nos anos 1970, após a crise de superprodução que percorreu este período. Uma das principais pautas de defesa deste pensamento é

[...] um Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital, na medida em que difunde a redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, o desmonte da previdência pública e o sucateamento da saúde e educação. (Nascimento, 2015, p. 6).

De acordo com os neoliberais, o Estado está inchado com gastos, especialmente com os serviços públicos. Diante disso, a solução encontrada é a retirada do orçamento público destes setores. No entanto, os recursos adquiridos não retornam a população de outra maneira, na verdade retornam aos meios privados gerando um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital.

A partir da lógica neoliberal os serviços antes oferecidos pelo poder público devem agora ser remanejados a dois setores: ou ao setor privado, onde os atendidos devem pagar por aquele serviço; ou ao setor filantrópico, onde os atendidos têm as suas necessidades

respondidas por meio do voluntariado; o serviço público é tido como precário e requisitado cada vez menos.

O neoliberalismo fomenta o crescimento das Organizações do Terceiro Setor que por meio de programas gratuitos ou a preços sociais oferecem serviços antes demandados aos equipamentos públicos. Sendo assim, criam-se três qualidades de serviços diferentes: “[...] o privado/mercantil, de boa qualidade; o estatal/ ‘gratuito’, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa [...]” (Montaño, 2004, p.56).

Para os neoliberais é responsabilidade do mercado e das Organizações Não Governamentais (ONGs) assumir a gestão dos serviços e recursos públicos disponíveis. Embora a gestão seja do âmbito privado, o financiamento continua proveniente dos recursos públicos, mas agora há mais um espaço para dizer como e quando este dinheiro será utilizado.

Apesar das mudanças na gestão, a sensação de diminuição da participação financeira e dos gastos do Estado é falsa. O Estado não deixa de ser um contribuinte ativo financeiramente, apenas realoca o seu capital para as demandas da classe dominante. Neste caso, o discurso do Estado inchado serve como uma cortina de fumaça, na frente a propagação de um Estado que não dá conta, por trás se mostra o real interesse. Para que o capitalismo continue a se manter, é necessário mais recursos do que ele mesmo produz, por isso a necessidade do financiamento do Estado. A partir destas mudanças uma nova reorganização do Estado e uma nova via de intervenção do mercado é manifestada (Gentili, 1996).

Ademais, mediante as mudanças ocorridas no modelo neoliberal, duas consequências podem ser observadas: a primeira, o esvaziamento das responsabilidades do Estado para com a classe trabalhadora; em segundo, a diminuição da participação popular. A partir disso a construção das políticas públicas baseada nos interesses da classe dominante é intensificada, excluindo a classe trabalhadora deste processo.

Se atrela essas ações citadas anteriormente ao pensamento neoliberal, onde se entende que a responsabilização das crises do capital “ [...] resultava do poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases da acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários” (Anderson, 1995 *apud* Behring; Boschetti, 2016, p. 125) e não mais como crises estruturais do próprio modelo capitalista como apresenta Mészáros (2011).

O modelo neoliberal põe em prática a lógica de mercado, favorecendo a ideologia da classe dominante. A maneira como as pautas são defendidas na sociedade ou como os ideais são propagados parte não mais do pensamento do povo, de uma construção coletiva, mas de uma pequena e influente parcela dominante.

Este processo citado acima é refletido também nas instituições. As instituições que são de caráter privado, não baseiam suas construções nos princípios que regem os serviços públicos, como a construção coletiva e não imposição de uma ideologia. A visão propagada pelas instituições privadas, em sua maioria, não parte das demandas coletivas, mas sim de uma ideologia própria da organização. Para além disso, a maneira como este pensamento é transmitido também fica à mercê dos interesses do grupo, podendo valorizar uma classe ou pensamento em detrimento de outro sem grandes intervenções dos órgãos de fiscalização, haja vista o seu caráter privado.

A partir desta construção salta um incômodo, pois o orçamento e o espaço são públicos, mas o que ali é propagado não faz parte da proposição coletiva. Os cidadãos são excluídos deste processo de construção e gestão, para que um pensamento individualista seja posto, como é o pensamento neoliberal.

Sendo assim, pouco a pouco um dos principais direitos garantidos, por meio da Constituição, é afastado: “O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a *participação da sociedade* nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas” (Brasil, 2016, p.70, grifo nosso).

Ao longo da construção deste trabalho nota-se que o modelo de organização das instituições públicas têm construído cada vez mais barreiras para a participação popular, ignorando as ponderações feitas pela classe que acessa esses serviços. Contudo, ao analisar o pensamento de mercado, defendido pelos neoliberais, percebe-se que o afastamento da opinião pública é almejavável e de interesse. Neste cenário neoliberal, os espaços públicos são organizados de maneira gerencialista e o seu funcionamento nas empresas privadas.

No meio de um enorme ataque global ao Estado do bem-estar social e às cláusulas sociais, alimentadas por políticas neoliberais, o contrato social central das democracias liberais foi destruído e com ele também qualquer noção viável de solidariedade, justiça econômica e bem comum. O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais desigualdades, sofrimentos e violência. A antiga linguagem dos direitos coletivos deu lugar ao discurso dos direitos individuais, e o vocabulário da colaboração e solidariedade foi deslocado pelo discurso do individualismo radical e o ethos áspero da sobrevivência do mais forte. A ‘liberdade’ se transformou em sinônimo de interesse próprio desenfreado e em uma racional para abdicar de qualquer senso de responsabilidade moral e política. (Girpux, 2017, p. 1 *apud* Freitas, 2018, p.15, 16).

Quanto ao campo ideológico, os neoliberais se utilizam de um princípio básico para continuar a sua sobrevivência: não é necessário mudar apenas o modo de produção de uma sociedade para que se perpetue a dominação, é necessário mudar também o campo do pensamento, o como a realidade é vista. Os neoliberais entenderam “a importância política de

acompanhar toda reforma econômica com uma necessária mudança nas mentalidades, na cultura dos povos.” (Gentili, 1996, p. 2) e para se estabelecer na sociedade estes defensores se utilizam de diferentes meios, como discursos, jornais, filmes, séries, músicas, educação, entre outros.

Nos momentos de crise os discursos são lançados para a classe dominada a fim de que esta não se rebele. O objetivo com as falas é tirar os olhos da classe trabalhadora daquilo que realmente é o causador das instabilidades: o acúmulo da riqueza de uma classe em detrimento da falência de outra. A realidade é observada de maneira superficial no neoliberalismo para contribuir com este processo os discursos utilizados são peculiarmente contraditórios onde se intitula conservador nas pautas sociais, mas liberal nas pautas econômicas. Se restringe o pensamento (da classe trabalhadora) para que o capital (da classe dominante) se amplie.

No modelo neoliberal as falas meritocráticas encontram cada vez mais espaço, dando foco ao individualismo e à concorrência. Sucesso e fracasso são tratados como esforço próprio, ignorando as desigualdades intrínsecas que constituem o modo de produção capitalista e sua nova manifestação.

Para que esta nova expressão do capitalismo se constitua, um novo modo de pensar é proposto, diferentes instituições são utilizadas como meios de propagação deste novo pensamento, dentre estas estão as escolas. Neste cenário, projetos e instituições são estabelecidas como meios de ampliar o pensamento da classe dominante. No campo da educação a interferência acontece, de maneira direta, por meio da presença nas escolas, de organizações vinculadas a classe dominante, campanhas de divulgação do seu pensamento, interferência na construção das leis que regem a educação, entre outras ações que são propagadas neste campo.

2.2 Capitalismo no Brasil e a política de educação

O Brasil enquanto um país capitalista periférico não está isento dos rebatimentos deste modelo de produção. Na organização da produção capitalista há nações denominadas de “países de capitalismo central” e outros de “países de capitalismo dependente ou periférico”, os autores Netto e Braz (2021) auxiliam na construção deste pensamento e é a partir da perspectiva desses escritores que a explicação exposta abaixo será apresentada.

É válida para a construção e avanço do debate aqui proposto uma breve explicação de algumas diferenças que constituem estes territórios. Os países de capitalismo central possuem um sistema tecnológico avançado; suas condições de trabalho e remuneração tendem a ser

melhores quando comparado aos países de capitalismo dependente. Os processos de trabalho nesses locais geralmente estão vinculados ao uso de tecnologias sem grande número de trabalhos braçais ou de extração de matérias primas (Netto; Braz, 2021).

Já os países de capitalismo dependente estão na outra ponta com baixo desenvolvimento tecnológico, muitas vezes à mercê do envio de tecnologia dos países de capitalismo central. O trabalho é desvalorizado e a exportação é uma marca destas nações, seja exportação de matérias primas seja de alimentos. Nestas localidades, a dependência econômica é proveniente dos países de capitalismo central (Netto; Braz, 2021).

Por isso mesmo, o desenvolvimento do capitalismo, do ponto de vista internacional, resultou sempre numa determinada hierarquização entre os países, com os mais desenvolvidos estabelecendo as relações de domínio e exploração, a que nos referimos há pouco, sobre os menos desenvolvidos. (Netto; Braz, 2021, p. 186).

Nesta dinâmica o Brasil está inserido, enquanto um país de capitalismo dependente, trazendo para ele consequências e características presentes nas nações anexadas neste contexto. Outro ponto importante para a realidade brasileira, enquanto um país de capitalismo periférico, são os acontecimentos históricos. Estes tendem a acontecer em períodos distintos dos países de capitalismo central, fato que é evidenciado com a crise do período de Estado de Bem-Estar Social.

Enquanto os países de capitalismo central viviam “[...] a crise do sistema capitalista, anunciado pelas revoltas estudantis e operárias desde o final dos anos 1960, demonstrou os limites do Estado de Bem-estar que, logo, entrou em colapso.” (Groppo, 2005, p.69), o Brasil foi palco de diferentes transformações que, neste período, tiveram como fim a Ditadura Civil-Militar de 1964 que perdurou até 1985. No contexto da Ditadura de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um intenso período de repressão, acordos econômicos velados e falta de transparência do poder público, enquanto os países de capitalismo central viam uma nova expressão do capitalismo crescendo nas sociedades, o neoliberalismo.

Dando continuidade a esta disparidade nos acontecimentos históricos, o final dos anos 1960 até meados da década de 1970 é lembrado como o período do “Milagre Econômico”, no Brasil. Entretanto, o que é observado nos países centrais é o inverso, um intenso período de recessão foi gerado pela crise de superprodução, iniciado na década de 1960 e teve o seu auge nos anos 1970. Como meio de mitigar as perdas estas nações investiram nos países periféricos. Estes investimentos foram realizados através do estabelecimento de empresas internacionais no país, assim como a concessão de empréstimos para o Brasil; outro fator foi o investimento econômico nestes países por parte dos empresários, pois viam nestas localidades

a possibilidade de rendimento diante do capital investido, como apresenta Behring e Boschetti (2016)

Na verdade, apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados “anos de ouro”. Como vimos no item anterior, um dos movimentos do capital foi a tentativa de se valorizar, pela ampliação dos mercados de bens fordistas nos locais em que estes tinham algum potencial de crescimento, como é o caso brasileiro, e pela exportação de capitais, buscando nichos de valorização. Os segmentos da burguesia local, mais uma vez profundamente associados ao capital estrangeiro, perceberam a liquidez de capitais no contexto da crise e os atraíram para o Brasil, num processo intensivo de substituição de importações, incentivado e conduzido pelo Estado. Esse processo implicou o extraordinário crescimento do bolo, mas sem nenhuma perspectiva de divisão posterior. (Behring; Boschetti, 2016, p.134).

Estes investimentos geraram para o Brasil crescimento financeiro, trazendo a realidade brasileira para um período chamado de “Milagre Econômico”, contudo não tardou para que o capital cobrasse a juros altos os investimentos realizados no país. É em meados dos anos 1970, quando estas aplicações começaram a ficar inviáveis, que os países de capitalismo central requereram os empréstimos realizados. Os juros cobrados dos empréstimos foram altíssimos e a federação decidiu socializar a dívida com a população. Esse momento nos mostra “[...] que nosso timing interno não acompanhou a dinâmica externa ‘ao pé da letra’, mas sempre esteve conectado a ela, assegurando a continuidade de sua trajetória de heteronomia.” (Behring; Boschetti, 2016, p. 134).

A crise, no Brasil, explodiu na década de 1980, do ponto de vista econômico ficou marcada como a “Década Perdida”. Este processo foi funcional aos países de capitalismo central, pois apesar do seu momento de crise seus investimentos não foram perdidos. Pelo contrário, de modo explorador requereram cada aplicação financeira realizada. Behring e Boschetti (2016) apontam que

Segundo Toussaint (1998), nesse período partiu-se de taxas de juros baixas e até negativas para um salto percentual em torno de 19% em 1981 e de 27,5% em 1982, por parte dos credores, de forma que houve uma inversão explosiva da transferência de divisas dos países que contraíram empréstimos em prazos muito curtos, mas que foi acompanhada também da queda das exportações de matérias-primas, nos países ao sul da Linha do Equador. Ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, a qual, entre 1980 e 1985, obteve indicadores catastróficos, a exemplo de: investimento interno bruto em queda de 26,9%; PIB per capita em queda de 8,9%; fluxo de importações em queda de 41,0%; e um crescimento médio do PIB de 2,3% entre 1981 e 1985, ou seja, pífio (Kucinski e Branford, 1987). (Behring e Boschetti, 2016, p.138).

Com a chegada da crise na década de 1980 no Brasil, a situação econômica se tornou ainda mais alarmante, a economia do país teve as suas rachaduras expostas e a crise

vivenciada nos anos 1970 nos países de capitalismo central foi manifestada na América Latina. Este momento,

Na verdade, tratou-se de parte de um ajuste global, reordenando as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital. Houve uma espécie de coordenação da reestruturação industrial e financeira nos países centrais, cujo custo foi pago duramente pela periferia (Tavares e Fiori, 1993: 42). Para Tavares, nos anos 1980 ocorreu uma transformação produtiva, cujos benefícios ficaram extremamente concentrados nas economias centrais, enquanto os custos foram pagos pela crise financeira do Estado com fortes impactos para a política social, pelos sindicatos e pelos países da periferia. (Behring; Boschetti, 2016, p. 139).

Além disso, a década de 1980 também é marcada pela exposição da crise política que o modelo ditatorial vivenciava e a sua queda. “Dessa forma, colocou-se em marcha uma transição democrática fortemente controlada pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada[...]” (Sader, 1990: 1 *apud* Behring; Boschetti, 2016, p. 138).

Apesar das tentativas, da classe dominante, de coordenar este processo de maneira exclusiva, conjuntamente havia o avanço dos movimentos sindicais e populares, a organização dos trabalhadores em prol das lutas sociais e a defesa da democracia. A concretude deste processo pode ser vista na Constituição Federal de 1988. Enquanto o setor econômico do país entrava em crise, a população se fortalecia na luta pelos seus direitos.

Por meio do movimento das “Diretas Já!” (1983-1984) milhões de brasileiros foram às ruas reivindicando a volta do voto popular para a eleição do novo presidente, neste momento estudantes, movimentos sociais, sindicatos, milhares de cidadãos se reuniram e lutaram pela redemocratização e ampliação dos seus direitos.

Entretanto, novamente esse processo foi realizado pelo alto, uma redemocratização lenta, gradual e segura era o que defendia o então militar Geisel, feita pelo alto para que mais uma vez a classe trabalhadora fosse excluída ou tivesse a menor participação possível neste processo. Embora houvesse tentativas para que esta exclusão acontecesse, a Constituição Federal de 1988 ainda pode ser lembrada como um marco de resistência no processo de luta realizado pela classe trabalhadora (Behring, Boschetti, 2016).

Alguns dos movimentos sociais, partidos políticos e figuras públicas que constituíram o movimento das “Diretas Já”, permaneceram na luta pela escrita da nova constituição, o objetivo era de que enfim os interesses da classe trabalhadora fossem garantidos e fortalecidos. Através da presença destes atores a participação popular foi afirmada, isso fica evidente ao analisar o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi por meio do Movimento Sanitarista com participação de profissionais da saúde, classe trabalhadora, movimentos sociais que o projeto foi construído, apesar de não representar todos os ideais defendidos por estes atores

devemos reconhecer que a participação e luta popular resistiu em meio ao pensamento neoliberal, que já ganhava força na sociedade brasileira. Este processo também foi vivido na educação como veremos no item 2.3, entre avanços e retrocessos se deu a construção dos direitos constitucionais de 1988.

É permeado por disputas que a Carta Magna de 1988 é construída, ora com avanços no campo democrático, ora com retrocessos. Pode ser observado que, apesar da responsabilidade econômica do Estado em alguns campos, boa parte deles continua tendo a forte presença do capital, a parceria público-privada não é extinta, mas regulamentada na nova Constituição.

A construção da Constituição de 1988 é marcada por disputas entre os diferentes setores. Embora haja a forte presença dos movimentos populares e sindicais, neste momento o projeto neoliberal já estava posto na sociedade, com seus ferrenhos defensores dando seus votos e contra votos para que este pensamento fizesse parte da construção da Carta Magna.

Sendo assim, não demorou para que o pensamento neoliberal ganhasse ainda mais espaço na sociedade, a década de 1990 evidencia este processo com a expansão do pensamento neoliberal no Brasil. A estruturação da Constituição Federal mal havia sido feita e muitas das defesas ali contidas foram questionadas pelos neoliberais.

O discurso de que as políticas sociais eram um peso para o orçamento público se propagou, a dívida pública adquirida durante a ditadura foi repartida com o povo e o marco se torna não mais a ampliação de direitos, mas sim a privatização, o aumento da dívida pública, crescimento do número de organizações filantrópicas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Neste momento a luta pela ampliação dos direitos dá lugar à luta pela permanência dos direitos já conquistados.

Outro fator disseminado neste período foi o pensamento mercadológico. Neste momento, a lógica de mercado tomou conta de diferentes setores da sociedade, o que se manifestou foi uma ampliação da disputa do capital, assim como a privatização de diferentes empresas estatais. O objetivo era a diminuição da participação do Estado nas políticas públicas e consequentemente os direitos garantidos por esse, bem como a privatização de tudo quanto fosse possível, houve também o aumento da participação do capital privado nos mais diferentes setores da sociedade. Lima (2002) expõe que no setor da educação a privatização aconteceu da seguinte maneira

a) a expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais; b) o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infra-estrutura das instituições, entre outros mecanismos. (2002, p.47).

A autora mostra que o setor da educação não passou isento do processo de mercantilização, pelo contrário a participação do capital privado e do terceiro setor é crescente nesta área e os objetivos da educação preconizados na Constituição Federal de 1988, propostos pelos movimentos sociais, são afetados. Ao abrir margem para a participação das instituições com vínculos com o mercado nas redes de ensino, a defesa de um ensino voltado para as necessidades do capital é ampliada. A educação que deveria ser proposta para uma análise do real, pensada em um viés questionador de como esta realidade está posta, e não apenas para o mercado de trabalho, se torna uma constante adequação às necessidades do capital.

Dessa forma, a educação, não se encontra dissociada da lógica privada. A adequação aos interesses da classe dominante foi exposta e garantida por meio da Constituição de 1988, ao regulamentar a participação do mercado e assegurar sua influência na construção da política educacional. Tendo em vista o impacto e a relevância da correlação de forças entre as classes sociais na construção da educação na Carta Magna, o item a seguir tem como objetivo analisar o cenário brasileiro que pavimentou a educação na Constituição de 1988, assim como a influência do setor neoliberal neste processo.

2.3 – A educação no Brasil a partir da Constituição de 1988.

Como citado no ponto anterior, a realidade brasileira passou por significativas transformações na década de 1980, especialmente no ano de 1985 com a efetivação do fim da Ditadura Civil-Militar vivida desde 1964, foram 21 anos de intensa resistência dos atores contrários a este modelo de organização. Neste contexto, a Assembleia Nacional Constituinte (1987) foi convocada, este ato é um marco no processo de redemocratização brasileira.

Logo após a queda da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o processo de redemocratização foi instaurado e com ele a construção de uma nova Constituição Federal. Para a construção deste documento uma comissão foi organizada e dividida por temas, neste momento os debates propostos contavam com a participação de diferentes políticos além da influência dos movimentos sociais e figuras públicas que se fortaleceram neste contexto, com o objetivo de estruturar a nova constituição.

Durante este processo houve uma intensa mobilização popular, movimentos sociais das mais diversas vertentes se uniram para defender os interesses da classe trabalhadora e a construção de uma nova constituição com os ideais populares. Contudo, estes não eram os

únicos que se organizavam, os partidos conservadores permaneceram na disputa, assim como os neoliberais, que já se propagava pela política.

O regimento da nova Constituição envolveu a participação social, por meio de propostas de movimentos populares, alavancadas após a década de 1970 pelas organizações civis, bem como pela proposição de organismos internacionais (VIANNA, 2008). A constituição da Assembleia Constituinte, portanto, conflui projetos em diferentes perspectivas e concepções que contribuem para a compreensão do contexto social, político e econômico em que se insere e constitui-se arena de disputas de projetos de sociedade distintos. (Galvão; Silveira; Barbosa, 2020, pág.5).

Estes projetos distintos, citados pelos autores, reverberaram também na educação. Neste momento de luta, três eixos principais foram destaques: o empresariado, o setor confessional e a ala progressista. O mercado já havia realizado sua leitura de setores rentáveis na sociedade, sabia da importância e margem de lucro que poderiam oferecer. A educação, nesta pesquisa, foi um dos setores que saltou os olhos dos neoliberais, afinal qual melhor setor para investir do que o da educação que tanto fornece lucro enquanto é utilizado, quanto é capaz de moldar o pensamento dos futuros trabalhadores desde cedo?

Assim, se os defensores da escola pública podem contabilizar conquistas com o texto aprovado, os ganhos dos adeptos da escola particular foram maiores. Isto porque, se os primeiros garantiram a gratuidade do ensino público em todos os níveis; o piso salarial profissional com ingresso somente mediante concurso público e regime jurídico único para o magistério da União; a gestão democrática do ensino público; a autonomia universitária; a definição da educação como direito público subjetivo e a manutenção da vinculação orçamentária com a ampliação do percentual da União, os segundos asseguraram o ensino religioso no ensino fundamental; o repasse de verbas públicas para as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais; o apoio financeiro do Poder Público à pesquisa e extensão nas universidades particulares; a não aplicação do princípio da gestão democrática, plano de carreira, piso salarial e concursos de ingresso para o magistério das instituições particulares. (Saviani, 2013, p. 215).

O mercado buscou garantir a sua parte por meio da legalidade de atuar sem grandes restrições dentro da educação. Já a área confessional disputou para que parte dos recursos públicos fossem direcionados para si. Do outro lado, estava a perspectiva progressista defendendo que o direito da criança de estudar deveria ser implementado através da educação pública e de qualidade, por meio da responsabilidade estatal (Tavares; Martins; Chicar, 2020).

É válido ressaltar que neste processo de estruturação da educação, na Constituição, não foram só os movimentos sociais vinculados a este setor que lutaram pela sua garantia. Sindicatos, movimentos sociais feministas, movimentos vinculados ao direito da criança e do adolescentes, estavam presentes, reunidos em prol da garantia da educação na Constituição e para que esta fosse de responsabilidade do Estado.

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte [...] (Behring; Boschetti, 2016, p. 141).

Alguns atores são destaques neste processo como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Este foi um grupo que reuniu diferentes entidades que lutavam pela defesa da escola pública, neste momento ele não era tido como um movimento social único, mas era a união de diferentes organizações em prol de uma única temática, a defesa da educação pública.

O Fórum surge, inicialmente, para reivindicar um projeto para a educação, como um todo e não apenas para a escola (embora esta, na modalidade pública, seja o centro principal de suas atenções). [...] surgiu como expressão de novas formas de agregação dos interesses da sociedade civil, principalmente através da atuação de entidades, aglutinando coletivos socialmente organizados e não apenas indivíduos, pioneiros ou notáveis, como nos anos 30, ou intelectuais ilustres da universidade, como nos anos 50 [...] (GOHN, 1992, p. 78-79 *apud* Tavares; Martins; Chicar, 2020, p. 11-12).

Uma ação de destaque proposta pelo FNDEP foi a exclusividade de verbas públicas para o ensino público, com esta ação eles propunham que as escolas confessionais não tivessem mais acesso aos recursos públicos. Apesar da organização deste grupo a proposta não foi promulgada.

Outro ator importante foram os movimentos sociais feministas, esses reivindicavam pautas como a implementação de creches e a garantia destas na legislação.

Desse modo, buscava-se ressaltar a creche como direito da criança e não só da mulher. Isso implicava na mudança do olhar, em que a responsabilidade da educação das crianças do nascimento aos seis anos de idade não era somente da mulher e da família, mas também do Estado, este com a responsabilidade e o dever de oferecer atendimento com qualidade a todas as crianças (Galvão; Silveira; Barbosa, 2020, pág.8).

Neste momento houve um alvoroço por conta da garantia das creches em lei. A garantia em lei significaria um novo setor que demandaria dos recursos do tesouro nacional, neste momento setores que defendiam a educação gratuita divergiram entre si. Alguns setores defenderam que a creche deveria ser garantida e paga com o dinheiro público, já outros questionavam a sua inclusão na conta pública, apesar das discordâncias a creche foi garantida em lei e de responsabilidade do Estado, oficializando um direito da criança.

Outra ação relevante para o setor da educação no período de redemocratização foi a “Carta de Goiânia” (1986). Esta carta manifestou o modelo de educação proposto e defendido por parte dos educadores brasileiros, este documento foi organizado durante a IV Conferência de Educação, em Goiânia, em setembro de 1986. Elementos recorrentes em outros

documentos como a luta pela responsabilização do Estado frente a educação, a defesa para que a educação fosse garantida de maneira pública e de qualidade, retornaram neste escrito.

Neste contexto, o autor Florestan Fernandes foi uma figura de extrema importância. O autor foi candidato a Deputado Federal com um objetivo claro: defender as pautas propostas na carta citada acima. Quando venceu as eleições, e durante o período da Constituinte (1987), foi um dos deputados que lutou para que uma educação com responsabilidades estatais, vinculada aos ideais progressistas, fosse estabelecida, como relata o ex-diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Francisco Miraglia, no vídeo “A atuação do ANDES-SN na defesa da educação pública na Assembleia Constituinte” (ANDES-SN, 2025).

As instituições privadas também estiveram presentes nestes embates buscando garantir a sua parte, haja vista o mercado lucrativo que se colocava diante deles. Behring e Boschetti apontam que “Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável [...]” (2016, p. 145). A educação não foi garantida inteiramente como responsabilidade do Estado como o desejado por alguns movimentos sociais, como consequência as iniciativas privadas tiveram acesso a esta área e se expandiram ao longo dos anos.

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe esperança para os cidadãos brasileiros de uma sociedade onde a participação popular seria algo constante, o Estado olharia também para as necessidades dos trabalhadores. Contudo, não tardou para que esta construção fosse abalada com a chegada do neoliberalismo nos anos de 1990, no Brasil.

A década de 1990 mostrou que “Apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade.” (Behring; Boschetti, 2016, p. 147). Os neoliberais se colocaram como principais opositores da efetividade da Constituição de 1988, moldando a realidade social a partir da sua visão, com o então presidente Fernando Collor de Melo dirigindo esse processo.

Behring e Boschetti (2016) expõem a tensão das votações para presidente na primeira eleição pós Ditadura Civil-Militar, onde “[...] os diagnósticos e projetos eram radicalmente diferentes nas candidaturas de Lula e Collor, que chegaram ao segundo turno do pleito[...]” (p.142). O então presidente Collor é lembrado como um dos nomes responsáveis por implementar o neoliberalismo no Brasil, apesar de não ser o mais amado pela classe dominante, dentre os representantes em disputa seu nome era o mais viável. Afinal de contas,

ou era ele ou Luiz Inácio Lula da Silva, um sindicalista metalúrgico, representante da classe trabalhadora, o que não agradava em nada a elite.

Após a vitória de Fernando Collor nas urnas, o modelo neoliberal passou a ditar o funcionamento dos diferentes setores da sociedade, Lima (2002) mostra que

Ao longo da década de 1990, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado, não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, o que gera um aprofundamento no processo de mercantilização da educação. (p.46).

Os impactos são múltiplos nas políticas públicas, especialmente na educação projetada na Constituição. Dentre estes impactos está o aumento da participação do terceiro setor na construção da política educacional, assim como a expansão das redes de ensino privado.

As redes de ensino ao serem transferidas ao terceiro setor ou às instituições com vínculos com o mercado, ampliam a defesa de uma educação voltada para as exigências do capital, um discurso crescente nos anos 1990. A educação que deveria construir uma visão ampliada da realidade é posta de maneira focalizada, tendo como aspecto central o mercado de trabalho, se tornando uma constante adequação às necessidades do modo de produção capitalista.

Outro fator é que a educação não é apenas ofertada pelas Organizações do Terceiro Setor, estas instituições visam influenciar no processo de construção das diretrizes e leis nas quais a educação é baseada. Quando estes organismos conseguem interferir de maneira direta sobre estas leis e diretrizes, o processo de ensino voltado aos interesses do mercado é intensificado, gerando um Estado e uma educação cada vez mais inclinados aos interesses do capital.

A motivação em participar destes processos de construção não reside em um desejo vazio ou apenas na perspectiva da “ajuda”. Dentre os objetivos destas organizações, um deles é basear a construção da educação na produção de mão de obra capaz de atender aquilo que lhe é imposto sem grandes questionamentos, o foco se torna o campo econômico e se retira do outro o direito da reflexão e do pensamento crítico. Alinhado com este processo, o documento “Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad” foi lançado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1992. O documento

[...] enfatizando a necessidade de formar e qualificar recursos humanos para atuarem diante das mudanças impostas pela realidade internacional, num discurso que evidenciava a necessidade da “qualidade” da educação ofertada, concebida como adequação às determinações do mercado de trabalho, e a “autonomia” das escolas formadoras para viabilização de parcerias no financiamento e gestão do processo educativo. Nesse sentido, defendia a formação de recursos humanos para o desenvolvimento do conhecimento e consequentemente aumento da competitividade

da América Latina e Caribe no cenário mundial, enfatizando a educação como alavanca do desenvolvimento regional diante das inovações tecnológicas e das alterações na esfera produtiva. (Aguilar, 2008 *apud* Lima, 2002, p.45).

As escolas adequadas a este discurso produzem uma educação onde o pensamento crítico não é estimulado. Este processo é funcional à elite do capital, pois produz uma classe submissa às ideologias dominantes. O estímulo ao pensamento crítico constrói cidadãos questionadores das estruturas de poder, que pensam por si só, indo na direção contrária à massa de manobra.

É no processo emancipatório que reside o temor da classe dominante. A educação que debate os privilégios de uma classe em detrimento de outra põe em risco uma estrutura de dominação na qual o capitalismo é baseado. O estímulo à consciência crítica fomenta também maneiras de resistência da classe trabalhadora, amplia o debate e propõe mudanças na realidade, sendo assim os privilégios nos quais a classe dominante se constitui podem ruir e nisso reside o pavor dos neoliberais.

Portanto, retira-se o direito ao pensamento crítico de uma grande parcela da sociedade, o que se dá a eles é a capacidade de ser mão de obra barata, enquadrada nas ideologias da classe dominante. Se confirma o que Mészáros aponta no seu livro “Educação para além do capital” (2005) é uma educação que não debate os dilemas da vida. É construída uma educação focalizada no mercado de trabalho que ignora as vivências que perpassam o cotidiano. Não se analisa a realidade posta nem os dilemas, tampouco a raiz das suas contradições, questões como essas são ignoradas para fornecer uma educação voltada para o mercado e atender às suas necessidades.

Além disso, as organizações do terceiro setor que se propõem a debater o campo da educação, por vezes, são grandes instituições com vínculos com organismos internacionais, como é o caso do Instituto Ayrton Senna que possui conexão com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), por meio do título “Cátedra UNESCO de Educação e Desenvolvimento Humano”⁵.

⁵ O programa Cátedras da UNESCO foi criado em 1992, conjuntamente com a Rede University Twinning and Networking Scheme (UNITWIN). O programa é dividido por temas relevantes para a sociedade, a da visão da ONU e da UNESCO, atualmente existem mais de 100 instituições reconhecidas como Cátedras UNESCO. O principal objetivo é promover a conexão entre diferentes universidades e instituições de pesquisa, esta articulação visa a construção de proposições de mudanças nos temas trabalhados pela UNESCO. O título propicia que a instituição seja reconhecida mundialmente, o que abre margem para contato com outras organizações e possibilidade de arrecadação de recursos.

Anteriormente à entrada do Instituto Ayrton Senna apenas as universidades recebiam este título, a instituição foi a primeira Organização Não Governamental (ONG) a ser outorgada. A mesma tem por título a Cátedra UNESCO em Educação e Desenvolvimento Humano, desde 2004.

Disponível

em:

https://www.unesco.org/en/unitwin/list?fq%5Bsm_unsc_field_ref_countries_label%5D%5B%5D=Brazil&date_from=&date_to=&hub=84637&op=Procurar#toggle-facets;

Nestes casos a educação propagada além de se voltar para os interesses da classe dominante do país, se volta também para as necessidades do capital de modo amplo. Há a interferência do modelo econômico capitalista que ultrapassa, de maneira quase sobrenatural, os regimentos dos países e suas barreiras sejam elas territoriais, sejam jurídicas, é ao interesse da classe dominante nacional e internacional que esta educação se propõe a defender.

O ensino fornecido, por estas instituições, corrobora para a continuidade da submissão societária que os países vivem, submetidos a uma ordem dominante e dependente. Não se vê no horizonte uma mudança dessa colocação, mas apenas uma intensificação da pobreza de uns para a riqueza de outros. Para além disso, os processos de disputa entre as nações são acirrados, ou seja, a visão imperialista dos países é intensificada. A integração e o diálogo entre os territórios é esvaziado para que o destaque tome lugar, o almejado é ser o maior entre os maiores, o país de grande renome ao qual todos os outros recorrem.

Mas há um local em que é válido reconhecer a união destes países de capitalismo dominante, na criação de organismos internacionais e nas diretrizes que regem estas instituições, na educação isto não é diferente. A UNESCO está como prova deste processo, a perspectiva a qual esta instituição se baseia é a dos países de capitalismo central, a partir desta visão é dito como a educação e outras áreas devem funcionar (Lima, 2002). As particularidades de cada país são cada vez mais subjugadas às necessidades amplas do capitalismo.

Outro elemento estimulado neste processo é o individualismo, uma sociedade que se volta cada vez mais para si e para os seus próprios interesses. A percepção do coletivo é perdida, sendo a visão principal a do “eu”, “das minhas necessidades” e “da educação que eu almejo”, sem pensar na democratização do ensino de qualidade. O pensamento preponderante é uma seleção dos “melhores entre os melhores”, neste cenário há a valorização do indivíduo em detrimento do coletivo.

Freitas (2018) ao pontuar a lógica dos *vouchers* utilizados nos Estados Unidos para financiar a educação de alguns alunos aponta a perversidade da lógica neoliberal e seu estranho jeito de estimular os estudantes a permanecerem nas escolas. Neste cenário a educação baseada nos *vouchers* não é para todos, há uma seleção entre os melhores alunos das

<https://www.unesco.org/en/unitwin/about?hub=84637>;

<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/brasil-unesco/fundos-e-programas/programa-de-catedras-e-rede-unitwin-da-unesco#:~:text=O%20Programa%20de%20C%C3%A1tedras%20UNESCO,%C3%A1reas%20de%20mandato%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3ohttps://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/pesquisa-inovacao/catedra-unesco/>

Cátedras UNESCO e Redes UNITWIN - Lista; O que você precisa saber sobre Cátedras UNESCO e Redes UNITWIN; Cátedra Unesco; Programa de Cátedras e Rede UNITWIN da UNESCO — Ministério das Relações Exteriores. Acesso em: 29 nov. 2025.

escolas públicas, os selecionados são “beneficiados” pelo governo com uma quantia em espécie que auxiliará no pagamento de escolas privadas. Estas escolas são em sua maioria gerenciadas pelo Terceiro Setor, onde o Estado continua injetando dinheiro público enquanto as escolas públicas são esvaziadas de alunos e recursos.

Lima (2002) também apresenta a mesma situação vivenciada pelos colombianos “[...] onde as famílias pobres recebem um vale, escolhem a ‘melhor’ instituição e enviam seus filhos para a escola de ‘melhor qualidade’, ou seja, a que oferece uma formação mais voltada às exigências do mercado de trabalho.” (2002, p.53).

Os exemplos evidenciam que o pensamento neoliberal não é restrito a uma localidade, está espalhado pelas diferentes regiões do globo, os discursos são adaptados a depender da localidade para aceitação das massas. A valorização da iniciativa privada é projetada de maneira funcional ao capitalismo em ambas as realidades. Diante disso, tem se a fala do Banco Mundial

Um número cada vez maior dos governos da região vêem a participação do setor privado como uma solução potencial de muitos problemas da educação. A participação do setor privado não só aumenta o número efetivo de vagas nas escolas como também melhora a qualidade, ao fomentar a competição por fundos públicos entre os provedores públicos e privados (Banco Mundial, p. 47, tradução nossa *apud* Lima, 2002, p. 52).

A seleção de alunos, a introdução do terceiro setor e do capital privado nos espaços educacionais são promovidos como algo benéfico, como pode ser observado no discurso do Banco Mundial. Contudo, este processo camufla a desigualdade, a dominação de uma classe sobre a outra, demandando um a mercê de uma determinada classe, a classe dominante.

Como um país inserido no modelo capitalista o Brasil não está isento dos discursos que valorizam este processo, apesar dos *vouchers* não estarem implementados no país, a luta pela sua presença já foi implementada. O ex-ministro da economia, Paulo Guedes (2019-2022), defendeu durante a sua gestão a implementação dos *vouchers*⁶, o discurso é o mesmo de um Estado inchado com gastos e de que é necessário a concorrência. Por meio deste ato pode ser percebido que o discurso não se limita a determinados países, a lógica neoliberal que lutava para embutir suas marcas no processo da Constituinte (1987) permanece atuante e influente em diferentes setores da sociedade.

De igual forma a luta por uma educação de qualidade, pública e de responsabilidade inteiramente estatal também permanece. Diante dos avanços neoliberais há a necessidade de retomada do debate e participação pública na educação, agora não apenas pela sua construção,

⁶ Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vouchers-vao-gerar-um-apartheid-educacional>. Acesso em: 20 jan. 2026.

mas principalmente pela efetivação desta já garantida em lei por meio da Constituição de 1988.

Portanto, torna-se necessário analisar a conjuntura que estava por trás da ampliação do modelo neoliberal na educação, bem como entender em que medida as instituições internacionais fizeram parte da ampliação do pensamento mercadológico na educação brasileira. É reconhecendo a relevância deste processo para a política educacional no Brasil que o próximo capítulo é construído, apresentando a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), a qual fundamenta e defende a ampliação das organizações não governamentais no setor educacional. Também será apresentado, através do Movimento Todos Pela Educação (TPE), o impacto do pensamento empresarial na educação brasileira, esse movimento atualmente se expressa como um braço do pensamento neoliberal na política educacional, garantindo os interesses do capital nacional e internacional na educação.

3. A MANIFESTAÇÃO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO

3.1 - As mudanças geradas pelo neoliberalismo na educação

A educação, especialmente após os anos 1990, ganhou uma presença cada vez maior e constante do setor privado e das Organizações Não Governamentais (ONGs). Contudo, essa ampliação não é observada apenas nas instituições de ensino, mas também em diferentes setores da sociedade. Esse movimento é causado, principalmente, pelo avanço do neoliberalismo. Gentili (1996) explicita que

Durante a segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixou, assim, de ser apenas uma simples perspectiva teórica produzida em confrarias intelectuais, a orientar as decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista, o que inclui desde as nações do Primeiro e do Terceiro Mundo até algumas das mais convulsionadas sociedades da Europa Oriental. (p.3).

Os países que adotam o modelo neoliberal tendem a manifestar as características gerais mencionadas nos pontos anteriores, adaptando-as às suas realidades locais. Apesar destas manifestações estarem presentes em diferentes setores públicos, este Trabalho de Conclusão de Concurso (TCC) concentra-se na educação, pois é o objeto central de estudo.

O modelo neoliberal ganha expressões cada vez mais vigorosas na educação especialmente a partir da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. O evento aconteceu entre os dias 5 a 9 de março de 1990, reuniu 157 nações para discutir acerca da centralidade da educação no desenvolvimento dos países presentes, neste evento a educação foi posta como objeto central do desenvolvimento das nações. O encontro foi estruturado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BM).

A Conferência almejou trazer para a década de 1990 o seguinte foco: a ampliação da educação nos mais diferentes países, principalmente a educação básica. A declaração aponta que as ações deveriam ter como prazo para avaliação o período de 10 (dez) anos.

O documento oficial apresentado pela Unesco inicia reafirmando a educação como um direito fundamental estabelecido pela Declaração dos Direitos Humanos, mas também apontando as dificuldades que os países têm enfrentado para a ampliação do ensino, especialmente a educação básica. Esta dificuldade é posta de maneira geral, não apontando as diferenças que há na realidade dos países de capitalismo periférico e capitalismo central.

Os organismos internacionais, estruturantes desta conferência, possuem um papel fundamental na sociedade capitalista, essas organizações estruturam seus discursos e ações a partir dos interesses do capital.

O interesse destas instituições internacionais está principalmente na dimensão econômica, apesar da utilidade que há na disparidade econômica entre os países centrais e periféricos, quando se intensifica de forma desregulada torna-se prejudicial. Portanto, a criação dos organismos internacionais é utilizada para enfrentar as desigualdades existentes nas relações entre a realidade do capitalismo central e periférico, assim como nas dimensões políticas e culturais. Sendo assim, os organismos internacionais têm um papel essencial em garantir a continuidade e expansão do capital. (Lima, 2002).

A aproximação com as organizações internacionais é funcional no processo de subordinação dos países periféricos em relação aos países centrais, uma vez que

A história destas organizações está ligada ao aspecto financeiro, ao fornecimento de empréstimos nos países periféricos, mas, sobretudo, ao controle econômico, cultural e político que exercem com os países credores a partir da exigência de cumprimento de condicionalidades, travestidas pela imagem de assessorias técnicas. A cada empréstimo, o país tomador está mergulhado em condicionalidades que expressam a ingerência do BM e do FMI⁷ nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores, inclusive com “condicionalidades cruzadas” — ou seja, a articulação entre os vários organismos (BID⁸, BM e FMI) para concessão dos empréstimos. (Lima, 2002, p. 43).

Para que este alinhamento seja efetivado e a concessão de empréstimos estimulada, os compromissos são constantemente estabelecidos nos diferentes países e afetam diferentes áreas. No setor da educação o compromisso estabelecido foi assinado durante a conferência em Jomtien. Esta declaração pode ser resumida no seguinte trecho: “Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reafirmamos o direito de todos à educação. Esse é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva – assegurar educação para todos.” (UNESCO, 1990). Ademais, os países se comprometem

[...] em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento. (UNESCO, 1990).

A declaração apresenta a educação como objeto central para a mudança da realidade social dos indivíduos e dos países. Embora, em diferentes momentos, seja reconhecido, pelas organizações, que a educação não constitui a solução para todos os problemas, a análise do

⁷ Fundo Monetário Internacional (FMI)

⁸ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

documento e da forma como os organismos internacionais abordam a temática evidencia que a essência desta declaração está sintetizada na seguinte afirmação apresentada pela UNESCO (1990) “a falta de educação básica para significativas parcelas da população impede que a sociedade enfrente esses problemas com vigor e determinação.”. Neste “empreendimento”, como citado na fala acima, recaem as responsabilidades dos mais diferentes problemas a qual perpassa a humanidade. Lima (2002) expõe esta centralidade no seguinte trecho:

Os documentos elaborados pelos organismos internacionais na primeira metade dos anos 1990 circunscrevem-se, portanto, ao binômio pobreza e segurança, tendo como eixo articulador a imprescindível necessidade de adequação subordinada dos países periféricos à lógica da mundialização financeira (Chesnais, 1996). Nesta lógica, a educação passa a ser o principal instrumento para o “alívio da pobreza” e para a garantia de desenvolvimento (subordinado) dos países periféricos. (Lima, 2002, p.45).

Para a ampliação deste “empreendimento” todos, sem exceção, são chamados à responsabilidade, nos moldes neoliberais, sendo valorizada a participação das Organizações Não Governamentais como instituições essenciais neste processo. Neste contexto as ONGs são convocadas a participação de maneira direta na construção da educação:

13. A realização de ações conjuntas com organizações não-governamentais, em todos os níveis, oferece grandes possibilidades. Essas entidades autônomas, ao mesmo tempo que defendem pontos de vista públicos, independentes e críticos, podem desempenhar funções de acompanhamento, pesquisa, formação e produção de material, em proveito dos processos da educação não-formal e da educação permanente. (UNESCO, 1990).

O setor neoliberal entende que “Trata-se fundamentalmente de uma crise de qualidade decorrente da improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares.” (Gentili, 1996, p. 4). Para os neoliberais é devido a ingerência do Estado que as organizações privadas são chamadas a participar da construção, gestão e avaliação das políticas educacionais.

O neoliberalismo promove a defesa de um Estado ineficiente, defendendo a ampliação do número de ONGs para atender as necessidades da população, de modo que a carência promovida pelo Estado seja suprida por meio do capital privado, transformando as políticas públicas em negócios rentáveis para o capital.

Entretanto, por meio desse discurso se esconde que, na verdade, essa “ingerência” é um projeto político, proveniente da escolha daqueles que compõem o aparelho estatal. Esses mesmos atores escolhem não investir em políticas públicas, mas utilizar os recursos públicos para atender às necessidades da classe dominante.

Além disso, o vínculo com determinadas ONGs, proposto durante a conferência, é funcional ao modelo neoliberal assim como a aproximação com as organizações internacionais no capitalismo. O vínculo que a UNESCO propõe não é com organizações que adotam uma postura crítica da realidade capitalista, como os movimentos sociais, mas sim com instituições internacionais e nacionais que se adequam à lógica do capital, que fomentem uma visão mercadológica da política de educação.

A visão das instituições escolhidas, portanto, não é crítica e nem independente, é aliançada aos interesses capitalistas, especialmente a lógica neoliberal, auxiliando na estruturação de um sistema educacional que fomente uma classe trabalhadora que possa “responder aos requisitos da formação técnica mais elementar para o trabalho simples, procura também se converter numa importante referência de formação de valores e comportamentos sociais das futuras gerações de trabalhadores.” (Martins, 2009, p. 22).

Como resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e da busca dos países, principalmente os periféricos, para se adequarem à lógica dos países de capitalismo central, foram produzidos diversos documentos nos países participantes, com o objetivo de adequar a educação oferecida aos moldes propostos pelas organizações internacionais.

O Brasil, como um país participante dessa Conferência e pertencente aos países periféricos, colocou na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁹ a premissa de que esta lei deveria ser articulada com as metas estabelecidas em Jomtien, como demonstra o seguinte artigo:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (Brasil, 1996, p. 57).

O desejo, como mencionado acima, não era apenas garantir a ampliação e regulamentação da educação, mas principalmente a possibilidade de empréstimos.

No período vigente o então presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), era uma grande referência na expansão do pensamento neoliberal no Brasil, seus feitos garantiram o aumento da participação dos setores privados nas mais diferentes esferas estatais, assim como a ampliação da interferência dos organismos internacionais no país. Foi desejando colocar em

⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi aprovada em 1996. Esta Lei regulamenta a educação nacional, orienta o funcionamento do ensino básico, ensino médio e ensino superior. A LDB estabelece os princípios, direitos e deveres da educação no Brasil, bem como organiza a responsabilidade de cada ente federativo na política de educação. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-que-e-a-ldb-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao.htm>; <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

prática as diretrizes instituídas em Jomtien que a LDB foi desenvolvida. Assim como uma série de programas criados na década de 1990, como por exemplo o “Programa de Crédito Educativo” (1992), “Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Básica” (1994), “Acorda Brasil! Tá na hora da escola” (1995), “TV Escola” (1995)¹⁰.

Alinhado às diretrizes estabelecidas pelas organizações internacionais e com o neoliberalismo crescente na sociedade brasileira, a educação é posta, mais uma vez, como um peão nas políticas públicas, o qual pode ser movido de acordo com os interesses da classe dominante. O que é estabelecido nos documentos internacionais é tratado como lei, seguido apenas com as adaptações necessárias para a realidade local, sem que haja significativos questionamentos ao que ali está escrito.

Sendo assim, o proposto em Jomtien foi colocado em prática no Brasil, a aliança entre o Estado e as organizações não governamentais. O documento, publicado pela UNESCO (1990), aponta em diferentes momentos do texto que esta integração é essencial na conquista dos objetivos estabelecidos para a ampliação da educação. A participação das ONGs é proposta em aspectos centrais da construção da educação, como aponta Gentili (1996)

O objetivo político de democratizar a escola está assim subordinado ao reconhecimento de que tal tarefa depende, inexoravelmente, da realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade dos serviços educacionais. (p.4)

É buscando atender a esse objetivo de democratizar a escola que o crescimento de instituições não governamentais no Brasil floresce nas décadas seguintes, tendo como orientação o estabelecido pela conferência:

Se, mais uma vez, a educação básica for considerada como responsabilidade de toda a sociedade, muitos parceiros deverão unir-se às autoridades educacionais, aos educadores e a outros trabalhadores da área educacional, para o seu desenvolvimento. Isso implica que uma ampla gama de colaboradores – famílias, professores, comunidades, empresas privadas (inclusive as da área de informação e comunicação), organizações governamentais e não-governamentais, instituições, etc. – participe ativamente na planificação, gestão e avaliação das inúmeras formas assumidas pela educação básica. (UNESCO, 1990).

Dentre estas instituições está o Todos Pela Educação (TPE), que será abordado mais à frente. Tanto esta organização quanto as demais, principalmente aquelas vinculadas ao setor empresarial criadas na década de 1990, almejam garantir uma participação ativa na construção das políticas educacionais. A atuação constante dos organismos empresariais busca defender os interesses da classe dominante neste setor.

¹⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia/1990-1999>; <https://www.youtube.com/watch?v=DF2W6sYLHyc>. Acesso em: 02 fev. 2026.

Outro fator é o aumento do número de avaliações que buscam definir a qualidade do ensino ofertado, seguindo a exposição realizada na conferência da “[...] necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.” (UNESCO, 1990).

Os processos avaliativos estão para além da coleta de dados ou visando apenas a melhoria do setor educacional, tem-se como objetivo principal verificar se as reformas educacionais estabelecidas pelo capital estão sendo ou não cumpridas.

O pensamento neoliberal estabelece para as políticas educacionais dois eixos centrais. O primeiro consiste na implementação de mecanismos de controle e avaliações que de maneira ampla, por meio de avaliações das políticas educacionais, e de maneira específica, com as avaliações das instituições escolares, seja possível analisar se a qualidade voltada para o mercado de trabalho na educação está sendo ou não estabelecida. O segundo eixo é baseado na necessidade de fornecer uma educação que se adeque e seja subordinada às necessidades do mercado de trabalho (Gentili, 1996).

O primeiro eixo sustenta a consolidação dos princípios neoliberais, a meritocracia e a competitividade, enquanto o segundo eixo orienta e define os rumos das políticas educacionais, na mesma medida em que estabelece critérios para a avaliação das reformas escolares. Assim, o mercado de trabalho torna-se o principal referencial para as decisões na política educacional e na avaliação institucional. As avaliações baseadas em critérios mercadológicos de qualidade, funcionam como instrumento de regulação do sistema educacional, o qual propõe incentivos e sanções voltadas à produtividade e à eficiência na medida em que se articula com as necessidades amplas do capital (Gentili, 1996).

O Brasil como um país de capitalismo dependente que tem buscado, a cada dia, maior inserção e integração com o Banco Mundial, mas também com o FMI, fez com que o número de atividades avaliativas abrangesse o ensino básico, médio e superior nos anos 1990. O primeiro a ser criado foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (1990), as instituições de ensino superior ficaram a cargo do Exame Nacional de Cursos (1996), já o ensino médio passou a ser avaliado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (1998)¹¹.

Para contribuir na garantia dos interesses mercadológicos, instituições não governamentais também foram criadas para avaliar o funcionamento das políticas educacionais e das instituições de ensino do país, dentre estas organizações está o Todos Pela Educação, que será abordado no próximo subitem.

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/1990-1999>. Acesso em: 03 jan. 2026.

Os instrumentos e meios de avaliação tem como foco os números, debatendo o quão produtivo e funcional tem sido a educação para o mercado, logo as matérias apresentadas na escola de interesse deste setor tem elevada relevância nesse contexto, enquanto aquelas que propõe o debate e reflexão crítica da realidade são tidas como secundárias.

Todavia, a constante aceitação das diretrizes e ampliação do pensamento mercadológico não se restringe apenas aos anos 1990. Ao longo das últimas três décadas, de 2000 a 2025, com a intensificação do modelo neoliberal, ajustes foram realizados, almejando que, especialmente as escolas públicas estejam cada dia mais adequadas às necessidades do capitalismo.

Esse processo fica evidente com a Lei 14.945/2024 ao dizer que a educação básica “priorizará os estabelecimentos de ensino que ofertem matrículas de ensino médio articuladas com a educação profissional e tecnológica, nas modalidades integrada ou concomitante.” (2024). Sendo assim, “[...] os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão ser considerados secundários – uma perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional.” (Freitas, 1995, p.127 *apud* Caetano, 2015, p. 129).

Diante do exposto, a educação tecnicista ganha terreno fértil, especialmente dentro das escolas públicas. Neste contexto,

O Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira autonomia pedagógica às instituições e aos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, aos professores. Centralização e descentralização são as duas faces de uma mesma moeda: a dinâmica autoritária que caracteriza as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais. (Gentili, 1996, p. 8).

Na realidade brasileira, por meio das ONGs, o Estado tem buscado investir cada vez mais na parceria público-privada. O discurso se repete de que, o Estado, sozinho, não dá conta e a extrema importância da parceria com as instituições não governamentais, por outro lado, são encobertos os altos investimentos nos setores não governamentais e a precarização do ensino público.

Neste contexto de parceria entre as instituições do terceiro setor e o governo há, novamente, o afastamento da participação pública, como já exposto nas reflexões anteriores. Por meio das privatizações ou transferência de gestão para o terceiro setor, o que é ensinado nas escolas ou a maneira como é ensinado, não é passível de ser questionado pelos pais e/ou responsáveis. Quando a responsabilidade do ensino é proveniente do Estado, existe a

possibilidade de questionar o que é ensinado e a metodologia utilizada. Todavia, quando esse cenário muda há também essa perda.

Apesar dos cenários diferentes, a atuação do neoliberalismo é a mesma: o afastamento da participação popular, seja no cenário onde a educação é vendida ou fornecida pelo terceiro setor. O objetivo é que haja a mínima interferência possível da classe subalterna, apenas a integração necessária para que esta se adapte ao pensamento capitalista. Nesse contexto, a realidade vigente expõe que a lógica neoliberal tem avançado cada vez mais para um pensamento tecnicista, prático e longe da participação coletiva.

A presença da classe trabalhadora é requerida em alguns momentos como na prestação de serviços, adequação e defesa do pensamento mercadológico, das doações pedidas pelas instituições sem fins lucrativos, nesses momentos são de interesse do capital a participação do coletivo. Todavia, quando há a interferência da classe subalterna no ordenamento das políticas públicas ou na maneira com que esta é estruturada ou organizada, a sua presença é cerceada ou cooptada, é estimulado o afastamento da análise crítica da realidade para que haja as adequações necessárias ao capital.

Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, os governos neoliberais centralizam certas funções, as quais não são transferidas aos municípios, aos governos estaduais nem, muito menos, aos próprios professores ou à comunidade: a) a necessidade de desenvolver sistemas nacionais de avaliação dos sistemas educacionais(basicamente provas de rendimento aplicadas à população estudantil); b) a necessidade de desenhar e desenvolver reformas curriculares a partir das quais estabelecer os parâmetros e conteúdos básicos de um Currículo Nacional; c) associada à questão anterior a necessidade de desenvolver estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente e que permitam atualização dos docentes segundo o plano curricular estabelecido na citada reforma. (Gentili, 1996, p. 8).

Outro fator central no pensamento mercadológico é a adequação e a construção ideológica dos funcionários, nesse contexto é requerido trabalhadores uma adaptação e um perfil enquadrado nas requisições capitalistas. Os trabalhadores são estimulados a se adaptarem à realidade que lhes é imposta sem uma análise crítica destas requisições. A partir disso novas demandas são postas aos futuros trabalhadores,

Relacionam-se a isso os tipos de capacidades exigidas pela nova base produtivo-capitalista que é criar novos tipos de relacionamento interpessoal com o objetivo de ampliar as iniciativas individuais e as motivações para o trabalho. E, para isso, é importante o trabalhador ser capaz de trabalhar em equipe, saber relacionar-se com os outros, participar, expressar-se, propor soluções e oferecer sugestões. (Freitas,1995, p. 128).

Esse novo perfil do trabalhador, exigência da nova forma de organização do processo produtivo-capitalista, demanda formação que não pode ser oferecida apenas em treinamento de curto prazo e dentro da empresa (FREITAS,1995). Esse novo perfil de trabalhador exige o desenvolvimento de “habilidades que necessitam ser desenvolvidas dentro do sistema educacional regular, ainda que não

necessariamente dentro da escola pública” (FREITAS,1995,p.127 *apud* Caetano, 2015, p. 129).

Neste cenário neoliberal, as escolas são tidas como espaços de respostas às mais diferentes necessidades do capital. É válido ressaltar que os conteúdos apresentados e a maneira como são apresentados nas escolas não são neutros, há neles uma ideologia a ser defendida. O rompimento da responsabilidade do Estado em ofertar o ensino abre margem para perspectivas contrárias à construção coletiva e da participação da classe trabalhadora na educação. Além disso, impede que uma educação não apenas para o mercado de trabalho, mas também para as diferentes esferas da vida, seja construída. Essa perspectiva crítica é gradualmente descartada, à medida que ganha força a ideia de que a principal função da educação é atender às exigências do capital, especialmente com a crescente presença do setor empresarial na educação.

Ao longo dos anos 1990, o número de instituições vinculadas ao setor empresarial na educação cresceu. O estabelecimento e reconhecimento das condições favoráveis ao setor empresarial na educação permitiu com que, nos anos 2000, as instituições já estabelecidas orientassem de modo direto a criação das políticas educacionais. Sendo assim, nos anos 2000 a essência neoliberal permaneceu na educação, sendo ampliada por movimentos como o Todos Pela Educação, que a partir da perspectiva mercadológica, trata a educação como um instrumento para inserção do sujeito no mercado de trabalho e sua adequação à lógica dominante.

Neste cenário, as políticas educacionais passam a ser cada vez mais tecnicistas, construídas na perspectiva gerencialista e avaliativa, a formação crítica e integral é deixada de lado para que uma educação funcional ao mercado seja proposta.

Apesar da relevância desse período na construção histórica da educação brasileira, o tempo hábil para a escrita deste TCC impossibilitou o aprofundamento neste debate: as consequências da mercantilização da educação nos anos 2000, assim como os seus desdobramentos, portanto, esses temas ficarão como objetos de análise para pesquisas futuras.

Embora essa articulação seja relevante na construção da política educacional brasileira, não prejudica o entendimento do Movimento Todos Pela Educação, apresentado abaixo. O recorte proposto ao longo da escrita buscou minimizar as eventuais lacunas e assegurar a coerência do percurso até a chegada no objeto de estudo deste TCC, o Movimento Todos Pela Educação.

3.2 - Todos Pela Educação

Com o estabelecimento do pensamento neoliberal na sociedade brasileira houve o crescimento da participação de Instituições Não Governamentais na educação, esse processo foi estimulado, principalmente, por meio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), apresentada no subitem anterior. Nesse contexto, visando atender aos interesses do capitalismo internacional, projetos estabelecidos pela classe dominante brasileira ganharam destaque na educação, como o Instituto Ayrton Senna (1994), Amigos da Escola (1999), Associação Parceiros da Educação (1999), Fundação Lemann (2002) e o Movimento Todos Pela Educação (2006), este último será apresentado e discutido ao longo deste item.

Dentre estas organizações apresentadas uma das que ganham destaque devido a relevância política nacional e internacional, vínculos e articulações é o Todos Pela Educação (TPE). O movimento é instituído como uma Organização Não Governamental (ONG), fundada em 2006, com o objetivo de unir diferentes setores da classe dominante, especialmente os grandes empresários brasileiros, para interferir na educação, especialmente na educação básica. Por meio dessa união e da sua estruturação o TPE manifesta os princípios estabelecidos na Conferência sobre Educação para Todos onde o setor empresarial é chamado à participação ativa para influenciar nas políticas educacionais. Do mesmo modo que caracteriza a educação básica como aspecto central para o desenvolvimento da sociedade, refletindo a defesa realizada em Jomtien.

O estabelecimento do pensamento neoliberal na educação, no Brasil, influenciado pelas organizações internacionais, trouxe à tona propostas que tinham como objetivo implementar projetos educacionais vinculados à classe empresarial brasileira, haja vista que o discurso do Estado inchado com as políticas públicas e a participação das instituições das Organizações Não Governamentais já havia se espalhado pela sociedade.

É por meio do gerencialismo e do discurso consensual que o empresariado buscou se estruturar nas mais diferentes políticas públicas, não deixando a educação isenta deste rebatimento. Buscando analisar este desdobramento na política educacional, assim como a influência do TPE e sua organização, que este subitem é desenvolvido.

Tendo em vista as características do Todos Pela Educação, sua estruturação e o momento histórico em que se constitui, os quais serão apresentados abaixo, esta organização se tornou um reflexo do projeto educacional vinculado à classe dominante, em especial ao empresariado brasileiro.

A educação passou por transformações desde a Constituinte (1987), sofreu alterações na sua legislação e implementação devido a correlação de forças estabelecida, com o passar

dos anos caminhou cada vez mais para um ensino que fosse subordinado ao pensamento da classe dominante. Por meio deste processo de transformação, as defesas instituídas pelos manifestos de 1932 e 1959 foram deixadas em segundo plano, assim como o projeto educacional constituído pelos movimentos sociais durante a Constituinte (1987). O projeto implementado foi o vinculado ao movimento neoliberal, consolidado no país na década de 1990, dentre os resultados deste processo está o Todos Pela Educação.

Mediante as interferências e mudanças realizadas pelos neoliberais é de fundamental importância que este processo seja analisado, especialmente porque projetos como o TPE buscam influenciar de maneira direta não apenas as instituições de ensino, mas também a política de educação como um todo.

Outro fator é que as organizações educacionais vinculadas ao empresariado, principalmente o TPE, são pouco analisadas pelo Serviço Social, haja vista a baixa produção acadêmica. Pensar de maneira crítica a realidade almejando uma sociedade que visa os interesses da classe trabalhadora é um dos objetivos da profissão.

Portanto, o trabalho é proposto, para que, de maneira crítica, seja realizada a análise da educação defendida pelo neoliberalismo dando foco ao TPE. O objetivo é de que por meio desta análise possa também ser pensado contestações efetivas ao pensamento neoliberal e que contribuam para articulações que almejam impulsionar a educação comprometida com a classe trabalhadora.

O Todos Pela Educação é uma organização proposta como uma Instituição Não Governamental e sem fins lucrativos, financiada por “doações voluntárias realizadas por pessoas, empresas, institutos e fundações. Essas contribuições podem ser feitas na forma de dinheiro ou serviços.” (Todos Pela Educação). Se propõe a ser a união entre diferentes projetos vinculados à educação que já eram desenvolvidos. A união entre diferentes grupos privados, parcerias com o governo e outras instituições resultou no que hoje é conhecido como Todos Pela Educação.

Priscila Cruz explica que o TPE surgiu inspirado em uma colocação feita pela Maria do Pilar, então presidente da UNDIME¹², no evento da assinatura da parceria entre o Instituto Faça Parte, o programa Amigos da Escola da Rede Globo, o CONSED¹³ e a UNDIME. Maria do Pilar disse que o Brasil precisaria definir a ‘educação de que precisamos para o país que queremos’. Foi a partir daí que Priscila, que era coordenadora do Faça Parte, começou a estudar o investimento social privado em educação, os tratados internacionais que o Brasil havia assinado, o PNE¹⁴, entre outros, para montar uma matriz. Com esta matriz ‘acharam muitas coincidências e,

¹² União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

¹³ Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED).

¹⁴ Plano Nacional da Educação (PNE).

mesmo assim, viram que as pessoas não estavam trabalhando juntas, ficando ainda mais clara a necessidade de articulação’ (Simielli, 2008, p.145).

Neste contexto, diferentes Organizações Não Governamentais, de modo individual, estavam sendo instituídas, o TPE surge na contramão deste processo reafirmando que “Para Maria Auxiliadora¹⁵, o TPE ‘não é uma iniciativa de fora, nasceu de maneira colaborativa’, justamente porque surgiu bastante articulado com UNDIME, CONSED e MEC¹⁶.” (Simielli, 2008, p.144).

Ao longo da construção do TPE alguns nomes foram dados até chegar no Todos Pela Educação. “Em suas primeiras reuniões, o grupo que, até então, era chamado de ‘Pacto Nacional pela Educação’ recebeu o nome oficial de ‘Compromisso Todos pela Educação’” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012c, p. 61 *apud* Martins, 2009, p. 48).

Entretanto, devido a vinculação política do nome ao Plano de Metas¹⁷ estabelecido no governo Lula, o movimento foi obrigado a realizar a troca do nome, a troca expressou o quão articulado o governo estava com o setor empresarial, como pode ser percebido pela seguinte declaração:

Houve um alinhamento de intenção, de programa, houve um alinhamento muito forte entre a gente e o Ministério nesse início, e por isso as pessoas relacionam tanto o Todos pela Educação a esse início da gestão do Fernando Haddad. Da palavra Pacto, a gente evoluiu para Compromisso Todos pela Educação. Só que o Ministério [da Educação], quando fez o PDE, o chamou de Decreto Compromisso Todos pela Educação. Então a gente não podia mais usar a palavra Compromisso, porque Compromisso virou a palavra do Governo. Foi em 2007, quando o PDE foi lançado. Depois [disso] a gente começou a se denominar Movimento Todos pela Educação. (Entrevista 2, diretora executiva do TPE *apud* Martins, 2009, p. 55).

Por meio deste projeto a classe empresarial se uniu para discorrer a respeito da educação, especialmente a educação básica, no cenário brasileiro. Seu objetivo, através de um discurso consensual, é de que diferentes atores da sociedade possam se unir em prol de uma educação de qualidade, a partir do pensamento empresarial. Neste meio está o Estado, a classe

¹⁵ Maria Auxiliadora Seabra Rezende atualmente é senadora vinculada ao partido União Brasil. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), esteve à frente da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins (1998 - 2009) e foi presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Também é contada entre os “associados fundadores” do Todos Pela Educação (TPE).

Disponível em: <https://politicos.org.br/Parlamentar/8365>; <https://todospelaeducacao.org.br/governanca/>; <https://professoradorinha.com.br/biografia/>; <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5386>. Acesso em: 29 nov. 2025.

¹⁶ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Ministério da Educação (MEC).

¹⁷ O Plano de Metas foi chamado de “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, estabelecido através do Decreto 6.094/07, em 2007, um ano após o lançamento do atual Movimento Todos Pela Educação. Este Plano compõe o Plano de Desenvolvimento da Educação, estabelecido durante o segundo mandato do governo Lula por meio do então ministro da educação, Fernando Haddad. Este Plano visa a melhoria da educação básica no Brasil. Para saber mais acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 07 jan. 2026.

dominante, nos seus mais diferentes setores, assim como todo aquele que quiser e se identificar com o debate. Esta união é vista como uma missão da instituição: “O movimento Todos Pela Educação tem a missão de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e dos jovens a uma Educação Básica de qualidade.” (Todos Pela Educação, 2017, p. 11).

A defesa apresentada pela instituição visa unir diferentes esferas da classe dominante em prol da educação, o discurso toma forma a partir das 5 metas estabelecidas à serem alcançadas até 2022, são elas:

Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
 Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
 Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano
 Meta 4: Todo jovem de 19 anos com o Ensino Médio concluído
 Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido. (Todos Pela Educação, 2017, p.11).¹⁸

Para que as metas apresentadas sejam alcançadas o TPE institui 5 bandeiras e 5 atitudes. Estas pautas são comuns entre diferentes setores, não adentrando em áreas específicas ou debates políticos complexos manifestos na sociedade.

Em 2010, o movimento adotou 5 Bandeiras, as quais, entende, são as mais urgentes e com resultados impactantes para o alcance das 5 Metas:
 Bandeira 1: Melhoria da formação e da carreira do professor
 Bandeira 2: Definição dos direitos de aprendizagem
 Bandeira 3: Uso pedagógico das avaliações
 Bandeira 4: Ampliação da oferta de Educação Integral
 Bandeira 5: Aperfeiçoamento da governança e da gestão. (Todos Pela Educação, 2017, p.12).

As bandeiras apresentadas pelo TPE seguem a mesma linha de proposição da instituição, o discurso parte de pautas comuns, frases consensuais que abarcam os mais diferentes segmentos políticos. Entretanto, a maneira de aplicar estas bandeiras são baseadas no pensamento gerencialista, no modelo empresarial, estimulando uma educação tecnicista voltada para as necessidades do capital.

Já as 5 atitudes também ganham um enfoque característico do neoliberalismo, onde a participação da sociedade é de fundamental importância, pois “apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação de todos é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita.” (Todos Pela Educação, 2017, p.12).

¹⁸ É válido ressaltar que estas metas foram atualizadas em 2023, sendo resumidas em 3 como é apresentado pelo estatuto do Todos Pela Educação, publicado em 18 de julho de 2024:

Meta 1- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.
 Meta 2 - Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.
 Meta 3 - Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos.

E como grandes mudanças dependem do engajamento de todos, tanto por ações cotidianas como por valores praticados, em 2014 foram identificadas as 5 Atitudes que mostram como a *população* pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida.

Atitude 1: Valorizar o professor, a aprendizagem e o conhecimento

Atitude 2: Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola

Atitude 3: Colocar a Educação escolar no dia a dia

Atitude 4: Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos

ATITUDE 5: Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens (Todos Pela Educação, 2017, p. 12, grifo nosso).

Todavia, se discute a educação proposta, principalmente, para a classe trabalhadora sem a efetiva presença desta na elaboração. Os trabalhadores são chamados para execução das pautas, não para a sua construção. Há o interesse do tempo, mão de obra e dinheiro desta parcela trabalhadora, mas não a sua efetiva participação na construção deste projeto. O corpo organizacional do Todos Pela Educação não é composto por trabalhadores, durante a organização dos projetos a serem instituídos a classe trabalhadora participa, no máximo, das pesquisas realizadas pela instituição. Em sua maioria, a educação fornecida à classe trabalhadora é pensada pela classe dominante.

Martins (2013) expõe que

Entretanto, para alcançar seus objetivos e se legitimar, o TPE necessitava conformar uma aliança que abrangesse a sociedade em seu sentido mais amplo. Como estratégia para firmar essa aliança, o Movimento iniciou um processo de construção de propostas, em princípio, consensuais, que, por incorporar demandas históricas da educação, poderiam ser aceitas pela maioria dos segmentos da sociedade (p.48).

Para isso, elementos debatidos no Manifesto de 1932 e 1959, como uma educação pública, de qualidade e fornecida a todos independente da situação socioeconômica, são citados e apropriados pela instituição, sem a análise crítica da realidade que os autores destes documentos possuíam, uma vez que as metas, citadas anteriormente, do TPE e dos escritores dos manifestos são opostos quanto a sua visão política.

essa inflexão discursiva indica uma apropriação, por parte do discurso empresarial e governamental, das críticas da década anterior diante da política expansionista de FHC de que não bastava garantir o acesso. Para que o direito à educação fosse efetivado, era preciso assegurar a permanência com qualidade. A grande diferença reside no fato de que a qualidade na perspectiva empresarial agora é reduzida aos resultados de aprendizagem, medidos através dos testes de rendimento e pela avaliação das performances dos estabelecimentos escolares. (Shiroma, Campos e Garcia, 2011, p. 237-238 *apud* Martins, 2013, p. 63).

Por meio deste discurso o Todos Pela Educação constitui acesso e aceitação nas mais diferentes esferas da sociedade, afinal quem discordaria do acesso à educação de qualidade? O discurso consensual e as metas estabelecidas são atrativos as mais diferentes parcelas da sociedade. Entretanto, o que é passível de ser discutido neste processo é o fim último dos

projetos instituídos pelo TPE que visa a permanência da exploração de uma classe sobre a outra e ampliação da lógica capitalista.

O que se encobre por meio do discurso consensual é a dominação entre as classes, um discurso que objetiva uma educação padrão à classe trabalhadora, mas que não a propõe de maneira crítica. Não há como discordar da importância do aumento do número de escolas, mais pessoas acessando a educação de qualidade, sabendo ler e escrever, mas há como discutir o fim último da promoção dessa educação, se auxiliará no estímulo ao pensamento crítico ou na perpetuação do pensamento da classe dominante. Diante disso,

Tais propostas, partindo de consensos, procuram envolver a sociedade nas reformas educacionais pretendidas, universalizando a responsabilidade pela educação, incorporando e negociando demandas históricas de diferentes segmentos da sociedade, sem, no entanto, se sobrepor aos interesses e à liderança de grupos empresariais. (Martins, 2013, p. 146-147).

Instituições como o Todos Pela Educação, inseridas na lógica neoliberal, evidenciam por meio dos seus mantenedores, fundadores e componentes do corpo organizacional, que não buscarão por meio destes projetos efetivar o rompimento da exploração de uma classe sobre a outra, haja vista que é composto por empresários que precisam da dominação de classes para preservar o seu patrimônio. A construção do modelo educacional proposto pelo TPE neste cenário é na verdade um encaixe cada vez maior no modelo neoliberal, onde é solicitado a retirada do Estado e há a crescente presença das organizações do terceiro setor, especialmente aquelas vinculadas ao modelo empresarial por meio da parceria público-privada.

Por meio do TPE a classe dominante consolidou a sua participação na educação, se antes as atuações eram dispersas, agora o pensamento burguês se infiltrou de maneira estruturada e unida nos organismos educacionais. A relevância e extensão deste projeto é manifestada na sua influência a tal ponto de conseguir unir organismos nacionais e internacionais, consolidando o pensamento mercadológico na educação. Por meio do Todos Pela Educação percebe-se, na educação, a capacidade de ultrapassagem da ideologia capitalista das fronteiras terrenas, se projeta o pensamento de mercado constituído internacionalmente para os diferentes países adaptando-o à realidade daquele território (Mészáros, 2011).

Portanto, se consolida na educação a união da ideologia de mercado, nacional e internacional. A extensão e relevância do TPE trazem parcerias de organismos reconhecidos internacionalmente como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), assim como

organismos essenciais na construção da educação nacional como o MEC e as secretarias de educação de diferentes municípios.

Outro fator são as fontes do financiamento do Todos Pela Educação,

Os contribuintes são apresentados como “patrocinadores” da organização e encontram-se divididos em três níveis que variam de acordo com o valor do repasse. [...] No conjunto, destacam-se aqueles grupos com atuação predominante no setor financeiro. (Martins, 2009, p.23).

Grandes empresas são chamadas constantemente ao financiamento deste projeto sendo o Grupo Gerdau um dos destaques neste patrocínio ocupando a cota ouro (Martins, 2009).

Esta promoção de financiamentos é impulsionada por meio da isenção de impostos que as empresas recebem ao doarem para organizações sem fins lucrativos. Além disso, a maneira como estes contribuintes são vistos na sociedade também influenciam nessas ações. Estas firmas tendem a ser vistas como empresas que se preocupam com o bem-estar social, devolvendo a população algum bem. Por meio destas ações a dominação de uma classe sobre a outra é camuflada, o estímulo ao pensamento crítico da classe dominada é afastado por meio de ações que visam os interesses do capital.

Outra pauta que motivou a unificação das contribuições é que as doações dispersas acabavam por prejudicar a difusão da ideologia da classe dominante, como nos apresenta Evangelista e Leher (2012)

A convocatória da holding financeira partiu da constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção “de classe” na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, DPaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outras. (p.7).

As empresas destacadas, como apoiadoras do Todos Pela Educação, são influentes no mercado onde a sua principal visão não é da equidade no acesso aos espaços de disputa de poder, mas sim da permanência de dominação de uma classe sobre a outra. Dessa forma, tem-se que o TPE e a “Sua inserção na sociedade civil, embora definida como ‘uma aliança’ de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial.” (Martins, 2009, p.26).

Para além disso, se constrói com o auxílio da mídia, apoiadora deste movimento, a narrativa de uma instituição de pequeno porte. Por meio de falas como

Nós somos muito poucos aqui. Temos 9 pessoas, a equipe é muito enxuta. Quando se ouve falar de ONGs pequenas, [elas] têm 40 pessoas, nós somos 9. A gente tem muito trabalho voluntário, como por exemplo, comunicação, etc. [...] A gente tenta [transmitir os ideais]: com pessoas, com encontros, com o Consed, com a Undime, com os pesquisadores, com pesquisa de Ibope, com uma porção de coisas. Chegar mais na ponta é muito complicado porque nós somos pequenos e temos pouco dinheiro. Tudo nosso é emprestado, o espaço, a luz, o ar condicionado, o condomínio, o IPTU, tudo é emprestado. Dá a impressão de que a gente tem muito dinheiro, mas não temos (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE *apud* Martins, 2009, p.84).

O discurso camufla as grandes organizações que sustentam o Todos Pela Educação como a Fundação Bradesco, Instituto Gol, Instituto Votorantim, entre outros. Estes são denominados como mantenedores, como apresentado na figura 1, e estão majoritariamente vinculados a rentáveis empresas capitalistas.

Figura 1 - Mantenedores do Todos Pela Educação.

NOSSOS MANTENEDORES

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente – não recebe recursos públicos. Para mantermos o trabalho por uma escola pública de qualidade, contamos com a contribuição de mantenedores e apoiadores engajados com a causa e que acreditam que dá para mudar o Brasil pela Educação!



PLATAFORMAS DE DOAÇÃO PESSOA FÍSICA



Fonte: Todos Pela Educação (s.d.). Disponível em: Transparência - Todos Pela Educação. Acesso em: 16 nov. 2025.

A arrecadação do Todos Pela Educação apenas em doações e contribuições, no ano de 2024, foi contabilizada pela instituição em R\$24.113.275¹⁹ reais, algo que não é perceptível por meio de declarações como esta citada acima. Outro fator é de que a instituição é isenta de tributação, o que auxilia no acúmulo de capital para execução dos projetos instituídos.

A Entidade é imune a impostos na forma do artigo 150 VI 'c' da Constituição Federal cuja administração se pauta pelo rigoroso cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 14 do CTN e no artigo 12 da Lei Federal 9.532/1997 para fruição da imunidade ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Também por cumprir os requisitos legais estabelecidos no artigo 15 da Lei Federal 9.532/1997, a Entidade é isenta da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL). (Todos Pela Educação, 2024, p. 21).

Através dos dados apresentados é perceptível que, por meio do discurso, o TPE camufla o seu real potencial monetário, dentro dos espaços ocupados e dos projetos nos quais se propõe a executar. Os recursos financeiros obtidos pela organização permitem a construção de materiais didáticos e a propagação melhor estruturada da ideologia da classe dominante, perpetuando a preponderância do pensamento mercadológico na educação.

Outro fator que fortalece a participação desse pensamento na sociedade é a relevância política que há nos atores que compõem o TPE, pouco a pouco, esse movimento se institui não apenas na avaliação da política educacional, mas também como uma organização que participa ativamente da construção de políticas públicas na educação. Entretanto, a defesa realizada pela instituição deixa de lado a construção coletiva com a classe trabalhadora, mas potencializa a articulação do pensamento empresarial no setor educacional, o aumento desta articulação fica evidente por meio dos instituídos nos cargos de liderança do TPE que em sua maioria estão vinculados ao mercado, como evidencia a figura 2 por meio da relação de conselheiros que constituem o Todos Pela Educação.

¹⁹

Figura 2 - Conselho integrante do Todos Pela Educação.

CONSELHO				
PRESIDENTE EXECUTIVA	CONSELHO DELIBERATIVO	CONSELHO CONSULTIVO	CONSELHO FISCAL	CONSELHO DE FUNDADORES
Priscila Cruz	Alfredo Pinto	Ana Inoue	Américo Mattar	Jorge Gerdau Johannpeter
	Ana Inoue	Ana Maria Diniz	Anna Maria Temoteo Pereira	Daniel Feffer
	Eduardo Vassimon	Antônio Matias	Gilberto Bagaio	Jayme Sirotsky
	Fernando Abrucio	Claudia Costin	Junio Fuentes	Luis Norberto Pascoal
	Giovanni Harvey	Jair Ribeiro		Milú Villela
	Nina Ranieri	Luis Norberto Pascoal		Viviane Senna
	Paula Louzano	Maria Lucia Meirelles Reis		Wanda Engel Aduan
	Priscila Cruz	Paulo Kakinoff		
	Ricardo Sennes	Rodolfo Marino		

Fonte: Todos Pela Educação (s.d.). Disponível em: Governança - Todos Pela Educação. Acesso em: 02 dez. 2025.

O contato com diferentes atores influentes na construção das políticas públicas, principalmente na educação, como os que o Todos Pela Educação possui, fortalece a construção deste movimento. A articulação do projeto com figuras públicas de destaque na sociedade permite sua influência política nos espaços de governo. O contato com o então Ministro da Educação, Fernando Haddad (2005-2012), permitiu com que pautas defendidas pelo TPE se tornassem projetos de governo; conjuntamente, a presença de Viviane Senna²⁰, presidente do Instituto Ayrton Senna, permitiu com que setores da educação pudessem ser acessados com mais facilidade.

Ademais, os fundadores do Todos Pela Educação almejando a participação política, independente do governo instituído, agiram com perspicácia mediante a vinculação política. Apesar dos contatos com os diferentes setores, o projeto não é vinculado a nenhum partido político ou governo diretamente, não recebe verba pública. Desse modo possuem a liberdade de opinar sobre a construção das políticas educacionais independente do governo instituído. Por causa disso, circulam livremente entre as diferentes perspectivas políticas, apesar de ser notório a sua aproximação com determinadas bancadas, haja vista a composição da mesa diretora do projeto (ou seja, são muito mais próximos da bancada empresarial do que da bancada crítica ao capitalismo).

²⁰ Viviane Senna é psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP). Fundadora e presidente do Instituto Ayrton Senna, também conta entre os “Conselhos de Fundadores” e “Associados Fundadores” do Todos Pela Educação. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/viviane-senna-recebe-trofeu-guerreiro-da-educacao-do-ciee/>; <https://todospelaeducacao.org.br/governanca/>; <https://www.linkedin.com/in/vivianesenna/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Contudo, reside na atuação dos organizadores de projetos como o Todos Pela Educação uma intrínseca contradição. Pois ao mesmo tempo que a retirada do Estado na gestão e organização das políticas públicas é estimulada, é também requerida a sua presença na figura dos parlamentares e políticos, para que as leis e projetos defendidos pela classe dominante sejam aprovados.

Além disso, a presença do Estado também é requerida, pelos empresários, por meio do financiamento público, nesse caso não de maneira direta pelo TPE, mas de maneira indireta por meio das empresas mantenedoras do movimento. Portanto, o Estado é colocado como um aparato que está a serviço das decisões do capital e sendo guiado pelos seus ideais, gerido não pela visão da classe trabalhadora, mas pela visão mercadológica.

Embora o Todos Pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação. (Evangelista; Leher, 2012, p. 7-8).

As ideologias neoliberais são reforçadas pelo discurso propagado pela instituição, é retirada a responsabilidade do Estado na efetivação da política e transferida para a sociedade. Neste contexto, a função central do Estado é manifestada em outras áreas, haja vista o alcance que este possui:

Não receber dinheiro do governo, que também é uma particularidade [do TPE] que ajuda muito. A gente trabalha em consonância com o governo no seguinte sentido 'Eu preciso deles coisas que são muito mais valiosas que o dinheiro, por exemplo, os dados do INEP'. A gente precisa dos números. Mas, dinheiro, a gente não recebe de nenhum governo. Então a gente tem uma independência (Entrevista 3, Membro do Conselho de governança do TPE). (Martins, 2013, p. 85).

Os atores que constituem o Todos Pela Educação entenderam seus limites enquanto instituição, mas entenderam também que este alcance pode ser coberto pelos órgãos governamentais, por meio das articulações políticas e dos órgãos já existentes, dando aos grupos empresariais os dados que precisam sem que estes tenham que despender recursos financeiros para isso. O alcance nacional que o Estado possui está para além daquele atingido por estes grupos, por isso a constante requisição do Estado nas áreas de interesse da classe dominante.

A presença do Estado também é requerida pelo Todos Pela Educação na execução das metas e objetivos. A principal atuação do Todos Pela Educação é analisar as políticas de educação e os setores vinculados a esse, o seu papel de pesquisador (ou avaliador) de como a educação tem se manifestado na sociedade gera análise, orientações e objetivos. Mediante a

sua limitação de interferência direta na política de educação nacional, não sendo capaz de mudar leis ou executar a política de educação de modo independente, o Todos Pela Educação requer do Estado a implementação das suas propostas. Para atingir estas mudanças são lançadas publicações no site da organização, que mediante uma análise tendenciosa da política educacional, acabam por propagar o pensamento da classe dominante.

O Todos Pela Educação, portanto, expõe para a população a sua defesa da educação e busca com que por meio do discurso consensual as mais diferentes parcelas da sociedade adotem este pensamento, sendo o Estado o grande executor destes objetivos e metas instituídos pela classe empresarial. Para que estas ações se concretizem o TPE se utiliza dos dados e articulações já construídas para a formulação das propostas para as políticas públicas.

De acordo com o site do Todos Pela Educação a dimensão que o TPE se propõe a impactar é a formulação de políticas públicas vinculadas ao setor da educação. Por conta disso o vínculo com o Estado é de extrema importância, seja por meio do contato com as instituições, seja por meio da articulação evidenciada principalmente durante o governo Lula e Dilma como relatam Evangelista e Leher (2012)

O ministro Haddad batizou o principal plano de ação na área educacional do governo Lula da Silva, o Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2007b), com o nome do movimento: Compromisso Todos pela Educação. A leitura da Exposição de Motivos do Plano comprova que não se trata apenas de um ato simbólico, pois lá se afirma que as iniciativas previstas no PDE objetivam implementar as metas do TPE. Em outros termos, a principal medida educacional dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff é a agenda do TPE. (Evangelista e Leher, 2012, p.6).

Neste cenário tem se uma instituição financiada majoritariamente por empresas privadas tendo forte influência no setor da educação pública. A questão que fica é: A quais interesses as políticas de educação construídas têm servido?

Diante disso, a valorização da educação perde a sua dimensão crítica e propositiva de mudança da realidade, o que se observa é a valorização do ensino enquanto a única saída para uma mudança de vida ignorante as demais expressões da questão social. Nessa circunstância frases como “quem quer consegue”, “isso é porque você não se esforçou o suficiente”, “se o outro conseguiu, você também consegue” são ouvidas frequentemente. Há de se concordar que o esforço é necessário assim como o estímulo, mas estas ações devem vir acompanhadas de uma análise crítica da realidade que o indivíduo está inserido; assim como o entendimento de quais as questões enfrentadas pelo sujeito no âmbito social, econômico, entre outros, questões estas que auxiliam ou não na sua permanência nos espaços educacionais.

Organizações como o Todos Pela Educação tendem a contar casos isolados tomando como verdades, romantizando a realidade vivida por estas pessoas, a pobreza passa a ser estímulo para o esforço ignorando a exploração e desigualdades presentes. Este ato tende a ser problemático, pois reforça o caráter meritocrático, a responsabilização do indivíduo e da sociedade, deixa de lado a responsabilidade do Estado, desprezando mais uma vez os fatores sócio-econômicos que atravessam a vida da população.

Outro fator reforçado por meio desses discursos é a permanência da classe subalterna nessa condição, discursos como estes até mostram que há uma questão, mas não são sinceros quanto a sua causa. Na verdade, reforçam a culpabilização do indivíduo em se manter naquela posição, como se ele e apenas ele fosse o responsável pela realidade em que vive, neste contexto se encobre a relação de exploração e dominação de uma classe sobre a outra, estabelecida na sociedade capitalista.

Esses processos ganham robustez quando organizações como o Todos Pela Educação, já inseridas nos setores do governo, influenciam na estruturação da política de educação e ditam quais conteúdos devem ser abordados em cada etapa do ensino, ou será que aumentar as pautas relacionadas a profissionalização nas escolas é apenas uma coincidência neste setor?

Outra consequência gerada pela influência do pensamento mercadológico na educação é a maneira que o ensino passa a ser avaliado. A propagação de provas trata o aprendizado apenas como algo mensurável. Se trata o conhecimento obtido nas escolas como uma avaliação de desempenho em uma empresa, onde o ensino pragmático e mensurável são mais valorosos, neste mesmo raciocínio expõe Saviani (2008),

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e da “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável.

No entanto, de fato, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. (p.15).

Além disso, é por meio destes métodos avaliativos que a construção da política de educação passa a ser pensada, o diálogo com a população se restringe às análises de provas e os resultados métricos. Portanto, um bom professor é aquele que tem um baixo índice de reprovação na sua matéria, um bom aluno é aquele que tira as notas mais altas nos vestibulares. O conhecimento que promove uma análise crítica da realidade é descartado. Martins (2013) sintetiza este processo na seguinte explicação

Assim, percebe-se que, para o TPE, os diversos aspectos que envolvem a educação devem ser orientados para a garantia dos resultados de desempenho. Ao enfatizar a mensuração da aprendizagem através da avaliação externa no alcance de uma educação de qualidade, o TPE outorga menos valor aos itens “não mensuráveis”, reduzindo, dessa forma, o caráter cultural e político da escola pública. (Martins, 2013, p. 64).

O número de provas nas diferentes etapas da educação visa entender de que maneira a educação voltada aos interesses capitalistas têm sido propagadas. A inserção de projetos vinculados ao mercado na educação traz o pensamento mercadológico para o centro do debate. Como consequência os métodos de avaliação do ensino são utilizados de maneira tecnicista, a análise é feita de modo restrito e mensurável. Os professores passam a ser avaliados para que o seu desempenho seja cada vez melhor, é cobrado dos alunos esforço e “habilidades sócio-emocionais”, as escolas devem ter o seu método atualizado para o que o capital precisa, dando cada vez mais foco ao mercado de trabalho.

Portanto, o que se percebe por meio dos financiadores e compositores do projeto é que há uma construção clara de mundo para estes participantes. A construção do pensamento se baseia na garantia de que a classe subalterna não questione a ordem ou tentem invertê-la, antes a aceitem sem grandes questionamentos. Diante disso, a educação é utilizada como um instrumento para que esta expectativa seja de fato efetivada.

A partir do exposto, entende-se que o Todos Pela Educação é a manifestação visível de um fenômeno mais amplo, esse está inserido em uma lógica capitalista global, onde articulado com organizações internacionais e nacionais, busca defender os interesses da classe dominante. O TPE propõe as suas interferências na política de educação, tendo por interesse a propagação da ideologia da classe dominante, sem que haja o estímulo ao pensamento crítico daqueles inseridos na condição de subalternidade. Sendo assim, contribui para um cenário onde a luta de classes permanece camuflada, restando uma falsa sensação de auxílio mútuo.

É por meio do encobrimento da luta de classes, do lucro exacerbado de uma classe sobre a outra que o Todos Pela Educação se propõe a estar. A esta organização resta o discurso meritocrático, a lógica individualista e a defesa de uma política educacional vinculado aos ideais mercadológicos. Intensificado na sociedade neoliberal, o discurso individualista e meritocrático se torna o principal elemento para a mudança de vida, sem que haja uma análise crítica do modelo de produção capitalista ou um questionamento da exploração por este estabelecido.

No modo de produção capitalista é dada à classe trabalhadora a análise da realidade de modo parcial, contribuindo para uma relação de dominação, exploração e barateamento da

força de trabalho. Não é estimulado o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da política de educação, principalmente com a constante presença de setores que necessitam tanto da dominação de classes, como o empresariado.

Portanto se faz necessário na sociedade em que vivemos uma nova organização societária, construída a partir da união da classe trabalhadora. Um novo enfrentamento proposto na sociedade como aqueles vivenciados no período da redemocratização, não apenas para se instituir novas leis, mas também para efetivar aqueles já existentes a partir dos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a exposição construída ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) algumas observações devem ser consideradas. A educação é uma área de valor para os diferentes segmentos da sociedade, conforme observado ao longo do período histórico analisado. Há quem diga que “conhecimento é poder”, mas na medida em que se desenrola a sociedade capitalista, especialmente o modelo neoliberal, há de se debater qual tipo de conhecimento tem sido ofertado, ou seja, qual tipo de poder tem sido dado, especialmente para a classe trabalhadora? Por meio do ensino ofertado é proporcionado o questionamento? A educação ofertada contribui para a análise crítica da sociedade ou este ensino se adequa ao pensamento da classe dominante? O valor que há na educação é inegável, mas esse não é transmitido da mesma forma para todos.

Por meio deste trabalho, observa-se que a disputa pela construção da educação é permeada por duas classes principais, a classe dominante e a classe trabalhadora. Na sociedade capitalista, o poder está nas mãos de quem dita as regras, nas mãos da classe dominante, que no modelo neoliberal, se manifesta no setor empresarial, portanto esta parcela tem sido a principal influência para moldar a educação proposta atualmente.

Com a ampliação da lógica empresarial nas políticas educacionais, o setor educacional se transformou em um amplo negócio, a educação passa a ser comprada de acordo com os interesses. Diante disso, amplia-se o número de escolas privadas atendendo a diferentes parcelas da população. Todavia, o ensino proposto de modo crítico é deixado de lado, nem se quer é mencionado no debate pelo empresariado. Na verdade, quando debatem a perspectiva crítica o fazem a partir do indivíduo, a autocrítica, em uma lógica puramente meritocrática.

As escolas que debatem o funcionamento da sociedade capitalista são restritas a uma parcela mínima da sociedade para aqueles que pertencem à classe dominante e assim anseiam permanecer. A esses é dada uma educação que, de fato, propõe um debate ampliado, o entendimento de como as questões políticas, sociais e econômicas se articulam para que a classe dominante permaneça no poder. Neste cenário capitalista, a educação pode até ser defendida para todos como expõe os Direitos Humanos, mas é apresentada de maneira diferente, a depender da classe social.

Em concordância com o exposto acima tem-se as premissas estabelecidas pelo Todos Pela Educação, através das 5 metas, das 5 bandeiras e das 5 atitudes. Por meio desses princípios pode ser observado que o conhecimento propagado pelo TPE, por meio de pautas consensuais, almeja que as demandas do setor empresarial sejam satisfeitas

O Todos Pela Educação demanda a atuação do Estado, assim como da sociedade civil, entretanto esta participação deve estar de acordo com a visão da classe empresarial do país, devendo ambos os setores serem submetidos e sempre disponíveis a lhes atender. O discurso coeso e da união das diferentes perspectivas traz uma falsa sensação de unidade, assim como de que a luta de classes, inerente ao capitalismo, foi encerrada ou pelo menos está bem próxima de ser.

A transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade é algo claro dentro do TPE, seguindo o estabelecido na Conferência em Jomtien (1990). O modelo que organiza a política de educação não é o estabelecido pelos movimentos sociais, que buscavam uma educação para a classe trabalhadora e construída com o auxílio dessa.

O Todos Pela Educação propõe, a partir da perspectiva mercadológica, construir uma educação que seja produtiva para o modo de produção capitalista, com enfoque nas demandas do setor empresarial. Além disso, o modelo de educação defendido parte da perspectiva gerencialista, o estabelecimento de metas, as constantes produções de relatórios e a ampliação das avaliações. Estes instrumentos atuam como parâmetros de avaliação para verificar em que medida a educação brasileira está adequada aos interesses da classe dominante nacional e as exigências do capitalismo internacional, emitidas através do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e outras organizações internacionais.

Neste contexto, diferentes instituições capitalistas se unem para ditar como a educação funcionará, as divergências existentes, dentro da classe dominante, são deixadas de lado para que uma educação que se amolde às necessidades desta parcela seja construída.

Ademais, por meio de instituições como o TPE a classe dominante brasileira busca se mostrar ao mundo, almejando que este bolo, já tão grande, seja repartido com a classe burguesa de um país periférico. Neste momento a classe dominante se esquece da divisão internacional do capital, esquecendo-se de que neste jogo dos países de capitalismo central o Brasil não entrará. É necessário para os países de capitalismo central que haja países de capitalismo dependente, é essencial para a subsistência destes países que assim o Brasil continue como um país de capitalismo periférico. O bolo, portanto, não será repartido com a classe dominante brasileira, apesar dos seus esforços.

Partindo deste ponto e a partir de uma análise crítica da realidade é de suma importância que os olhos da classe trabalhadora se volte mais uma vez para a luta de classes, para o enfrentamento que os movimentos sociais tem feito a favor da classe subalterna e contribua neste aspecto. Torna-se de suma importância que profissionais, como os assistentes

sociais, cuja perspectiva hegemônica é a visão crítica e a luta conjunta com a classe trabalhadora, que se posicionem neste processo de enfrentamento reafirmando seu compromisso frente à luta de classes. A partir do Projeto Ético Político do Serviço Social é demandado destes profissionais que contribuam no descortinar da luta de classes, este processo pode ser feito por meio de uma reflexão crítica mediante a uma demanda apresentada no atendimento, por meio da participação e construção de políticas públicas, a presença em momentos de enfrentamento nas decisões políticas, entre outros. Na esfera da educação a necessidade da participação do Serviço Social não é diferente, uma vez que é necessário nesse setor uma análise crítica da realidade.

É por meio da união dos trabalhadores que se chega a proposição de Mészáros (2011), uma escola que não apenas formar para o mercado de trabalho, mas uma construção de conhecimento pra vida, que não gire em torno das instituições de ensino, mas amplie a construção do conhecimento para além dos muros.

Sendo assim, a participação da sociedade para essa mudança é fundamental. De um lado tem-se o Todos Pela Educação chamando a sociedade para mudar a educação, de outro os movimentos sociais contrários a venda da educação como mercadoria. Apesar de ambos requererem a participação social, é no objetivo final que há a diferença entre as instituições apresentadas. Por meio da perspectiva proposta pelo TPE se objetiva a permanência da dominação e exploração de uma classe sobre a outra, já na perspectiva dos movimentos sociais críticos se busca a extinção desta exploração, uma sociedade mais justa e fundamentada na equidade.

A presente pesquisa não esgota o assunto debatido nesse TCC, igualmente o tempo hábil para a construção deste documento não permitiu o aprofundamento em outros aspectos como uma perspectiva educacional fomentada pela classe trabalhadora ou o impacto da interferência das organizações internacionais na educação brasileira, assim como a atuação contemporânea dos movimentos sociais vinculados à educação para combater a perspectiva educacional nos moldes mercadológicos.

Além disso, a continuidade desse debate permitirá com que os anos 2000 sejam analisados de maneira crítica. Essa lacuna temporal que ficou em aberto ao longo deste trabalho, poderá ser preenchida em pesquisa futuras, nas quais será analisada tanto a ampliação do neoliberalismo no campo da educação ao longo dos anos 2000, quanto a relação entre os governos instituídos nesse contexto com o setor mercadológico, almejando entender quais as bases e contexto histórico instituído na criação do Movimento Todos Pela Educação.

É defendendo a continuidade deste debate, o aprofundamento da análise da política de educação, entendendo sua importância para a educação vinculada à classe trabalhadora que este documento é finalizado. Apoia-se a fala de Paulo Freire (2000) que diz “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”. É defendendo a educação como um conjunto de saberes e construções coletivas dos quais é fundamental que a classe trabalhadora auxilie na construção.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. **PNE - A atuação do ANDES-SN na defesa da educação pública na Assembleia Constituinte.** Youtube, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v7wg9lxB2h4&t=10s>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** v.2. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado, 2016. Seção I - Da Educação. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da educação básica. Diário Oficial da União: 24 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 07 jan. 2026.

BRASIL ESCOLA – Educador. **O que é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)?.** Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-que-e-a-ldb-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Diário Oficial da União: 31 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **1990-1999.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia/1990-1999>. Acesso em: 03 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Programa de Cátedras e Rede UNITWIN da UNESCO**. Brasília, 2025. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/brasil-unesco/fundos-e-programas/programa-de-catedras-e-rede-unitwin-da-unesco#:~:text=O%20Programa%20de%20C%C3%A1tedras%20UNESCO,%C3%A1reas%20de%20mandato%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3ohttps://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/pesquisa-inovacao/catedra-unesco/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. **Professora Dorinha Seabra – Senadora – Perfil**. Senado Federal. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5386>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CAETANO, Maria Raquel. **A proposta do Instituto Ayrton Senna para educar no século 21 ou uma velha proposta com nova roupagem**. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 113–133, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3955>. Acesso em: 10 out. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira**. Revista Trabalho Necessário. v. 6, n. 15, p. 1-29, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6865>. Acesso em: 16 set. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em:
https://www.academia.edu/96473689/Paulo_Freire_Pedagogia_da_Indignacao. Acesso em: 10 jan. 2026.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO FHC. **Lançamento do programa "Acorda Brasil, está na hora da escola" - Acervo Fundação FHC**. Youtube, 28 fev. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=DF2W6sYLHyc>. Acesso em: 02 fev. 2026.

GALVÃO, Priscila Kelida Assis; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; BARBOSA, Ivone Garcia. **A conquista do direito das crianças à educação: da proposição à materialização**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE). v. 6, n. 3, p. 990-1009, set./dez. 2020. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/4110>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE, 1996. p. 9-49.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GROPPO, Luís Antonio. **Das origens ao colapso do estado de bem-estar: uma recapitulação desmistificadora**. Revista HISTEDBR On-line. n.20, p. 68 - 75, dez. 2005. Disponível em:

<https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/12-Das-origens-ao-colapso-do-Estado-de-Bem-Estar.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021. *E-book*. ISBN 978-65-5555-174-7. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555551747/epubcfi/6/26\[%3Bvnd.vst.idref%3Dabertura-cap-02.xhtml\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555551747/epubcfi/6/26[%3Bvnd.vst.idref%3Dabertura-cap-02.xhtml]!/4). Acesso em: 03 out. 2025.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Viviane Senna recebe Troféu Guerreiro da Educação, do CIEE**. 10 out. 2023. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/viviane-senna-recebe-trofeu-guerreiro-da-educacao-do-ciee/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IVASHITA, Simone Burioli; VIEIRA, Renata de Almeida. **Os antecedentes do manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**. "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação - UNICAMP. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/GuEVnTfr.pdf. Acesso em: 02 mai. 2025.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2002.

MARTINS, André Silva. **A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação"**. Práxis Educativa (Brasil), v. 4, n. 1, p. 21-28, jan.-jun., 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89415700003.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento "Todos pela Educação": um projeto de nação para a educação brasileira**. Orientador: Nora Rut Krawczyk. 2013. Dissertação (Mestrado) - Ciências Sociais na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2013.915751>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/44664133/MARX_Karl_O_Capital_vol_I_Boitempo_1_. Acesso em: 15 dez. 2025.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. ISBN 978-85-7559-145-1. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Lutas Sociais, n. 8, p. 53–64, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18912>. Acesso em: 18 dez. 2025.

MOTA, Beatriz. **‘Vouchers vão gerar um apartheid educacional’**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vouchers-vao-gerar-um-apartheid-educacional>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2021. *E-book*. ISBN 978-65-5555-077-1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555550771/epubcfi/6/6%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcreditos-1.xhtml%5D!/4/2/22/14/1:5%5BD-3%2C30%5D>. Acesso em: 27 mar. 2025.

NASCIMENTO, Cristina Queiroz. **O lugar ocupado pelo Serviço Social na política de saúde: desafios e perspectivas em face da política neoliberal**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande (Paraíba), 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINO, I. R. et al.. Educação e Constituinte: Carta de Goiânia Revisitada. Educação & Sociedade, v. 39, n. 145, p. 811–816, out. 2018. Disponível em: SciELO Brasil - EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE: CARTA DE GOIÂNIA REVISITADA EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE: CARTA DE GOIÂNIA REVISITADA. Acesso em: 02 mai. 2025.

PROFESSORA DORINHA - SENADORA. **Bibliografia**. Disponível em: <https://professoradorinha.com.br/biografia/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

RANKING DOS POLÍTICOS. **Perfil da parlamentar Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Professora Dorinha)**. 2025. Disponível em: <https://politicos.org.br/Parlamentar/8365>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história**. Educação & Sociedade, v. 28, n. 99, p. 542-557, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvWNkdRCpTj33PskBdng/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 29, n. 2, 2013. DOI: 10.21573/vol29n22013.43520. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas.** Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], n. 24, 2008. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SENNA, Viviane. **Perfil no LinkedIn.** LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/vivianesenna/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SIMIELLI, Lara Elena Ramos. **Coalizões em educação no Brasil: a pluralização da sociedade civil na luta pela melhoria da educação pública.** Orientador: Mario Aquino Alves. 2008. Dissertação (Mestrado) - Curso em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/aeb8c5d7-0e92-4341-a834-d1d8d4380ca3>. Acesso em: 30 dez. 2025.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; MARTINS, Fabiane Silva; CHICAR, Soraya Tatiara Costa Lopes. **O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - FNDEP na agenda política brasileira de 1988.** VI CONEDU, v.1, jun. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65499>. Acesso em: 26 mar. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação: Agenda de Todos: A Trajetória do Todos Pela Educação: 1996-2016.** São Paulo: Editora Moderna, 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Estatuto Social.** p. 1-20, São Paulo: 18 jul. 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/downloads/estatuto/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Governança.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/governanca/>. Acesso em: 02 dez.2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório Financeiro: 2024.** São Paulo: 2025. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/08/relatorio-financeiro-2024.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Sobre.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/sobre/>. Acesso em: 06 out. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Transparência.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/transparencia/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. **UNESCO Chairs and UNITWIN Networks - Brazil**. Disponível em: https://www.unesco.org/en/unitwin/list?fq%5Bsm_unsc_field_ref_countries_label%5D%5B%5D=Brazil&date_from=&date_to=&hub=84637&op=Search#toggle-facets. Acesso em: 29 nov. 2025.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization. **What you need to know about UNESCO Chairs and UNITWIN Networks**. Disponível em: What you need to know about UNESCO Chairs and UNITWIN Networks. Acesso em: 29 nov. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 07 nov. 2025.